

Bianca Franchini da Silva

**DISCURSO E AUTORIA
EM FOUCAULT E NO CÍRCULO DE BAKHTIN**

Florianópolis

2017



Bianca Franchini da Silva

**DISCURSO E AUTORIA
EM FOUCAULT E NO CÍRCULO DE BAKHTIN**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Letras - Língua Portuguesa e Literaturas do Centro
de Comunicação e Expressão da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito para a
obtenção do Título de Bacharela em Letras.
Orientador: Prof. Dr. Atilio Butturi Junior

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Bianca Franchini da
Discurso e autoria em Foucault e no Círculo de Bakhtin
/ Bianca Franchini da Silva ; orientador, Atilio Butturi
Junior, 2017.
85 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão, Graduação em Letras Português,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Letras Português. 2. Discurso. 3. Autoria. 4.
Foucault. 5. Bakhtin. I. Butturi Junior, Atilio. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Letras
Português. III. Título.



“Discurso e autoria em Foucault e no Círculo de Bakhtin”.

Bianca Franchini da Silva

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de

BACHAREL EM LETRAS

e aprovado em sua forma final pelo Curso de Letras - Habilitação Bacharelado em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa da UFSC.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sandro Braga (DLLV/UFSC)
Presidente da Banca

Profa. Dra. Cristine Göski Severo (DLLV/UFSC)
Membro Titular

Profa. Ma. Suziane da Silva Mossmann (PPGLin/UFSC)
Membro Titular

À minha família
e ao Yuri (que é da família e além dela).

AGRADECIMENTOS

Como não poderia ser distinto, presto as primeiras palavras de agradecimento àqueles que foram de crucial importância, com suas sabedorias, para que, na minha andança, eu pudesse vislumbrar e apreciar a energia substancial existente em mim: o professor Markus Johannes Weininger, com suas práticas de Acroyoga; e o professor Diego Ernesto Marcelo Arenaza, com suas aulas de Yoga na Aprendizagem. O Yoga (através da união e da revitalização da tríade corpo, mente e espírito) viabilizou-me poder alcançar a minha verdadeira personalidade, mostrando-me que sou detentora de uma “[...] divina e eterna corrente de Vida e Consciência que flui dentro do corpo” (Paramahansa Yogananda). Posso, a cada dia, reconhecer, mais a fundo, que em mim mesma está o meu horizonte. Por isso, sou imensamente grata aos dois!

Sou grata, também, ao meu orientador Atilio Butturi Junior, que, mesmo indo fazer pós-doutorado em Portugal, não se desvencilhou de mim (nem de seus outros orientandos), mostrando-me seu entusiasmo e sua confiança na minha pessoa e em minhas produções. Além disso, agradeço-o por ser sempre tão próximo, acessível, compreensível, sincero, crítico de mão cheia, por sua inteligente comichidade, pelos “empurrões” quando eu me aprofundava demais nas leituras/escrituras (“ainda não é uma dissertação, afinal”), enfim, por compartilhar comigo de suas sabedorias, nos mais variados assuntos (aliás, motivos esses que eu já conhecia e que me levaram a escolhê-lo como orientador). Foi responsável por potencializar em mim, dando-me seu próprio exemplo, a vontade de trabalhar com uma pesquisa de cunho teórico e potencializou, mais ainda, a minha sensação de pertencer ao universo das letras.

Aproveitando o ensejo, exponho vivaz gratidão à professora Rosângela Hammes Rodrigues por nortear-me, anos antes da elaboração deste TCC, especificamente nas leituras de Bakhtin e do Círculo e por fazer parte da elaboração de um artigo, resultado de minha época de bolsista PIBIC.

Ademais, é claro, faço uma retribuição, com modestas palavras, aos tantos outros professores, guardados na memória, que me ajudaram a esculpir, de diversas maneiras, a minha formação de alto nível em Letras Português.

Minha singela gratidão às amigas poderosas, intensas, nas suas mais ricas individualidades: Marina Dias, que se aliou a mim para enfrentar todo o período de graduação, progredindo dia a dia, e que, com nossa sintonia, pudemos compartilhar de momentos engrandecedores; Débora Duarte, por quem eu me apaixonei (não somente por suas

extravagâncias) desde o primeiro dia de aula na universidade; Marina Degani, que se parece tanto comigo nas mais miúdas ações e que nossa parceria ainda trará muitos frutos; Stéphanie Leite Félix, que, mesmo à distância, não deixou de ser minha comparsa; Dandara Monteiro, que tagarela comigo; e Monique Nascimento, que tem diversas tramas como as minhas. Conhecendo-as sei, indubitavelmente, que nós, mulheres, movemos os terrenos sobre os quais desfilamos.

Faço reconhecimento, ainda, dos benquistos: João Júlio, meu amigo acriano humilde e de grande alma; Guilherme Josef, amigo nessa e em outras vidas; e ao iluminado Evandro Brèal, que foi (e será eternamente) um marco em minha vida, um ser maravilhoso, bailarino de nossos corações, e que anseio para que nunca o esqueçamos. Obrigada!

Invisto, ademais, os meus mais belos sentimentos e palavras de infindáveis emoções aos que são enraizados a mim (no meu sangue e no meu andar): à minha mãe, Grácia, que é tão azul quanto o mar e o céu juntos (posso voar e mergulhar, respirando), que é a motivadora (direta e indiretamente) da minha felicidade e que é digna de receber todos os mimos possíveis; ao meu pai, João (nosso eixo), que segura a minha mão, que me acompanha e que desenhou memoráveis cenários na nossa história; à minha grande irmã (por vezes, uma mãe, e sempre amiga), Grazielle (que subiu ao telhado unida à Gabriela), que faz do meu mundo mais puro e resistente, que me alenta e que fascina toda gente por seu amor sem limites; e, ao meu irmão, João Gabriel, que faz da nossa vida uma arte e que é minha paixão de infância (e de qualquer idade).

Presto agradecimentos, imensuráveis, ainda, aos que também se fixaram ao meu íntimo, os que escolhi (e que me escolheram) como parte da família (em seu significado literal): ao Júlio (conhecido professor Szeremeta), que me acolheu (como filha e, futura, nora) muito melhor do que poderia se imaginar; à linda Dona Mariza, que bordou seu amor (meigo, protetor e de mãe) em mim; ao Igor que preza pela união de todos nós (e que me cedeu sua conta na Biblioteca Universitária para a execução deste trabalho). E a ele, interligado a esses grandes seres, Yuri, meu mar, confidente, amigo, parceiro, inspiração de vida (e de poemas), um amuleto que não vive de sorte, caminha junto, de braços dados, concretizando sonhos e compartilhando desde atribuições a experiências prazerosas, que fazem parte de nós (como um só), e isso basta.

O que está escrito não é bem nem mal escrito, nem importante nem vão, nem memorável nem digno de esquecimento: é o movimento perfeito pelo qual o que dentro não era nada veio para a realidade monumental de fora como algo necessariamente fiel, já que aquele que ela traduz só existe por ela e nela.

(Maurice Blanchot, 1949)

Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.

(Michael Foucault, 1969)

RESUMO

Em sua natureza teórica, este trabalho tem por objetivo apresentar os conceitos de discurso e de autoria em Bakhtin e seu Círculo e em Foucault e aventar possibilidades de aproximação e de tensionamento. Para tanto, preliminarmente, encarrega-se de descrever os dois conceitos, fazendo menção a outras concepções que são intimamente ligadas a eles (em Bakhtin, relações dialógicas, esferas sociodiscursivas e ideologia; em Foucault, função enunciativa, formações discursivas e práticas discursivas). Para a discussão, recorreu-se aos textos: de Bakhtin, *Estética da Criação Verbal* (1979), *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1975), *Problemas da poética de Dostoiévski*, *Diálogo I – A questão do discurso dialógico* - 1997 (do livro *Os gêneros do discurso*) e, de Bakhtin [Voloshinov], *Discurso na Vida e Discurso na Arte (sobre a poética sociológica)*, de 1926, e *Marxismo e filosofia da linguagem*, de 1929; e, de Foucault: *Arqueologia do saber* e *O que é um autor?*, ambos de 1969. A partir das descrições conceituais, trata-se de abrir uma possibilidade de leitura de aproximação dos dois conceitos e sugerir a posição de autoria que, atualmente, os dois teóricos ocupam.

Palavras-chave: Discurso. Autoria. Foucault. Bakhtin.

ABSTRACT

In its theoretical nature, this paper has the objective to present the discourse and authorship concepts in Bakhtin and his Circle just as in Foucault, as well as to raise possibilities of convergence and tensioning. For this purpose, first and foremost, both concepts will be described, also mentioning other concepts that are closely related to them (in Bakhtin, dialogical relations, sociodiscursive domains and ideology; in Foucault, enunciative function, discursive formation, and non-discursive practices). In this regard, such texts were used: Bakhtin's *Aesthetic of Verbal Arts* (1979), *Questions of Literature and Aesthetics* (1975), *Problems of Dostoevsky's Poetics*, *Dialog I - The dialogical discourse* - 1997 (from *The genres of discourse*) as well as Bakhtin's [Voloshinov], *Discourse in life and discourse in Arts* (1926), and *Marxism and Philosophy of Language* (1929); and finally, *Archeology of knowledge* and *What is an author?*, both by Foucault and from 1969. From those conceptual descriptions, a convergent possibility of interpretation of both concepts will be proposed, as well a suggestion of the authorship position both theorists hold currently.

Keywords: Discourse. Authorship. Foucault. Bakhtin.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM DO CÍRCULO DE BAKHTIN	13
2.1	TEXTO E ENUNCIADO NO CÍRCULO	15
2.2	DIALOGISMO E IDEOLOGIA NO CÍRCULO.....	21
2.3	O PROBLEMA DO DISCURSO NO CÍRCULO	30
2.4	O PROBLEMA DA AUTORIA NO CÍRCULO	33
3	ARQUEOLOGIA FOUCAULDIANA	37
3.1	ENUNCIADO, DISCURSO E FORMAÇÃO DISCURSIVA EM FOUCAULT.....	43
3.2	FUNÇÃO AUTOR EM FOUCAULT	53
4	AUTORIA E DISCURSO: APROXIMAÇÕES ENTRE FOUCAULT E BAKHTIN	56
4.1	DOIS AUTORES E UMA FUNÇÃO.....	56
4.1.1	O discurso e suas (des)aproximações em Foucault e em Bakhtin.....	59
4.1.2	Autor em Foucault e em Bakhtin: aproximações e distanciamentos	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Se o pensamento de Bakhtin é considerado “[...] uma revolução epistemológica de grande porte” (FARACO et al., 2007, p.9), com a alegação, de seus seguidores, de que o autor russo aborda “[...] temas fulcrais para todo o estudo das realidades humanas (a linguagem e, por meio dela, o sujeito, as relações sujeito/sociedade, a estética e a ética)”, e se Foucault “[...] subverteu, transformou, modificou nossa relação com o poder e a verdade” (MOTTA, 2008, p. V), ou seja, sua originalidade “[...] está em trabalhar a verdade no tempo” (VEYNE, 2011, p. 25), é lícito reconhecer que ambos contribuíram às teorias de discurso. É justamente por serem figuras caras às teorias enunciativas, à Linguística Aplicada, às análises dos discursos, e, por assim dizer, aos estudos da linguagem, que, neste trabalho de pesquisa, o objetivo é apresentar os conceitos de discurso e de autoria em Bakhtin e em Foucault e aproximá-los – ainda que de forma panorâmica –, a fim de fazer notar possíveis intersecções e tensionamentos, de acordo com os pactos ontológicos de cada uma das discussões teóricas.

Para tanto, nesta pesquisa, que se organiza em torno desses dois conceitos, foi realizada uma revisão bibliográfica, em suas pinceladas e conservando seus dizeres – apropriamo-nos das aspas –, seguida de análise que obedece a procedimentos discursivos e de um olhar arqueológico, priorizando-se o já-dito no nível de sua existência, através da criação de uma abertura para uma possibilidade de comparação, uma possibilidade descritiva “[...] que não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estrutura) uma existência, uma existência específica” (FOUCAULT, 2016 [1969], p. 132).

Essa aproximação, aliás, convergindo com a descontinuidade a que se propõe a análise de arquivo, não se engaja em asseverar um posicionamento de maior ou de menor razão a um dos dois autores. Não estabelece nenhuma hierarquia de valor, ao passo que a verdade, conforme atribui Foucault, é mais uma produção histórica. Nesse aspecto, busca-se, aqui, estabelecer “a regularidade dos enunciados” (FOUCAULT, 2016 [1969]). Assim, não ousaríamos, neste trabalho, colocar uma visão concisa de total comparação, mas sim iniciar (*abrir/estabelecer*) uma possibilidade de leitura, uma vez que fazer esse tipo de tarefa é incessante e demandaria muitos outros textos e pesquisas.

Para realizar a pesquisa, o *corpus* de análise deste trabalho parte, sobretudo, dos seguintes textos escritos: de Bakhtin, *Estética da Criação Verbal* (1979), *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1975), *Problemas da poética de Dostoiévski*, *Diálogo I – A questão do discurso dialógico* - 1997 (do livro *Os gêneros do discurso*), e, de Bakhtin [Voloshinov], *Discurso na Vida e Discurso na Arte (sobre a poética sociológica)*, de 1926, e *Marxismo e filosofia da linguagem*, de 1929. Lançando-nos ao arqueólogo, a retomada das concepções em Foucault desenrola-se via *Arqueologia do saber* e da conferência *O que é um autor?*, ambos de 1969.

Visando à clareza e colocando em detalhes, em relação à segmentação deste texto, enquanto que o Capítulo 1 faz essa breve introdução dos principais assuntos abordados, na segunda parte descrevemos, de forma sucinta, o percurso de Bakhtin (atrelado ao seu Círculo), sobretudo de produções acadêmicas, uma vez que “[...] as superfícies exigem [...] que se refaça o caminho próprio do acontecimento que, no mesmo movimento, permite um aparecimento da ordem do desnível e uma mobilidade que recorre a uma pertença” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p. 86). Ainda nesse capítulo, em suas subseções, encarregamo-nos de focar a concepção de linguagem dialógica (sócio-histórica ou sócio-ideológica) preconizada por Bakhtin e seu Círculo, proveniente de relações dialógicas/dialogismos (entendidas como relações construídas axiologicamente), descrevendo, minimamente, os conceitos interligados de texto, de enunciado (unidade de comunicação discursiva), de discurso e de gêneros do discurso, de interação, de relações dialógicas, de esferas sociodiscursivas, de signo e, ainda, de ideologia. Seguidamente, damos atenção, de modo geral, aos problemas do discurso e da autoria para Bakhtin e seu Círculo. Por seu turno, é no Capítulo 3 que, de início, investimos em uma descrição panorâmica da trajetória (de estudos e de pensamentos) de Foucault – longe de ser totalizante –, para, nas subseções, serem apresentados os conceitos de discurso (atrelado ao enunciado – com suas regras de formação –, à dispersão da função enunciativa, às formações discursivas e às práticas discursivas) e de autoria (enquanto função, procedimento e categoria antropológica) sob a égide da arqueologia. Finalmente, no Capítulo 4, a leitura tenta descrever como ambos estão submetidos à função de autoria. A partir daí, busca-se perscrutar possíveis aproximações entre seus dizeres sobre discurso e sobre autoria, de acordo com o cânone interpretativo e com as condições de produção e de leitura que cada um recebeu – e que continua recebendo.

2 CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM DO CÍRCULO DE BAKHTIN

Antes de trazer à discussão os conceitos de autoria e de discurso para o Círculo de Bakhtin, nesta seção, serão discriminadas, teoricamente, a partir de textos dos intelectuais desse grupo e dos seus pesquisadores atuais, as concepções de texto, de enunciado, de discurso e de gêneros do discurso, assim como de interação, de relações dialógicas, de esferas sociodiscursivas, de signo e de ideologia, intimamente entrelaçados. Distante de ser uma investigação exaustiva, muito pelo contrário, far-se-á uma espécie de compêndio desses conceitos, a fim de delinear a concepção de linguagem dialógica (sócio-histórica ou sócio-ideológica) proposta por Bakhtin e seu Círculo.

Considerado um dos maiores pensadores do século XX, Mikhail Mikhailovitch Bakhtin (1895-1975), de Orel, sul de Moscou, formou-se¹ em estudos literários, em 1918 (FARACO, 2009, p.14; FARACO, 1988, p.9). Pertenceu a um grupo de intelectuais (em suas mais variadas formações – ou seja, um grupo multidisciplinar), que se reunia de 1919 a 1929 (inicialmente, em Nevel, em Vitebsk, e, depois, em São Petersburgo), entre os quais havia “[...] Matvei I. Kagan, o biólogo Ivan I. Kanaev, a pianista Maria V. Yudina, o professor e estudioso de literatura Lev V. Pumpianski” (FARACO, 2009, p.13), além de Valentin. N. Voloshinov e Pavel. N. Medvedev², estes últimos recebem maior destaque, pois, dentre outras circunstâncias, “[...] tornaram-se alunos, amigos devotados e ardorosos admiradores de Bakhtin” (YAGUELLO, 1995, p.11). A propósito, esse conjunto de intelectuais recebeu, posteriormente, de estudiosos de seus trabalhos, a denominação de Círculo de Bakhtin, com a justificativa de que este autor foi o detentor de textos de maior envergadura (FARACO, 2009, p.13).

No mundo acadêmico, Bakhtin sofreu vários contratempos. Primeiro, em virtude do agravamento da doença que tinha (osteomielite), em 1924, mudou-se para São Petersburgo, onde produziu alguns textos de grande importância, como os artigos sobre formalismo russo e sobre Freud, sobre filosofia da linguagem, sobre crítica literária e sobre Dostoiévski (FARACO, 1988, p.9). Nesse período, em São Petersburgo, Yaguello (1995, p. 11-12) conta que seus discípulos e admiradores, Voloshinov e Medvedev, seguiram-no para esse local e

¹ Na Introdução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Yaguello (1995, p.11) coloca que a formação de Bakhtin foi em História e Filologia, em 1918.

² Em diferentes textos lidos, os nomes V. N. Voloshinov e P. N. Medvedev variam, como, por exemplo, para Yaguello (1995, p. 11), V. N. Volochínov e P. N. Medviédiev. Neste TCC, concordamos em mencioná-los conforme as primeiras colocações (as quais, a título de exemplo, são utilizadas por Faraco).

ofereceram-lhe seus nomes para que Bakhtin pudesse publicar seus textos, (*Freudismo*, 1927, e *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, 1929, no nome de Voloshinov, e *O Método Formalista Aplicado à Crítica Literária. Introdução Crítica à Poética Sociológica*, no nome de Medvedev) e que os motivos³ para isso foram trazidos à tona por V. V. Ivánov. Faraco (2009, p. 11-12) diz que todo esse “quiprocró” em relação à autoria desses textos (e de outros artigos com referência a Voloshinov e a Medvedev) se pôs em 1970, quando o linguista V. V. Ivánov afirmou, “[...] sem apresentar argumentos efetivos”, que a verdadeira autoria deles era de Bakhtin. Até os dias atuais, depois desse fato, esse mistério a respeito da autoria ainda é muito polemizado⁴.

Ainda em relação às complicações na vida acadêmica do autor, em segundo lugar, no ano de 1929, em virtude de perseguições a intelectuais (no período de Stálin), Bakhtin foi preso e exilado (no Cazaquistão) por seis anos. Depois disso, dentre tantas outras atividades e mudanças de cidades, somente em 1969, retornou a Moscou, e todo esse tempo totalizou “[...] um silêncio de 34 anos” (FARACO et al., 2007, p. 9) dos escritos do autor russo. Esse seu retorno em cena, por volta de 1960, foi tumultuado, uma vez que seus textos, na Rússia, foram sendo expostos fora de uma ordem cronológica, demorando mais de vinte anos para serem publicados (FARACO et al., 2007).

No Ocidente, a ordem cronológica dos textos também não foi seguida, e, por sua vez, muitos textos foram tardiamente traduzidos. Além do mais, muitos de seus manuscritos são inacabados ou rascunhados, dificultando ainda mais o entendimento de seus conceitos⁵. No Brasil, as discussões a respeito do pensamento do Círculo de Bakhtin iniciaram-se na década de oitenta do século XX, mas somente na década de noventa é que se intensificaram (FARACO, 2009).

Em relação aos seus textos, as construções teóricas bakhtinianas são um universo de reflexões que se articulam e se agregam (FARACO, 1988). Os *eixos constantes e nucleares* de seus escritos contemplam: a unicidade do ser e do evento – não fazendo a separação entre a teoria e a vida; a relação do eu/outro; e a dimensão axiológica, conforme afirma Faraco (2009,

³ Como motivos, Yaguello (1995, p. 12) diz que: “[...] em primeiro lugar, Bakhtin teria recusado as modificações impostas pelo editor; de caráter intransigente, ele teria preferido não publicar do que mudar uma vírgula; Volochínov e Medviédiev ter-se-iam, então, proposto a endossar as modificações. A outra ordem de motivos seria mais pessoal e ligada ao caráter de Bakhtin, ao seu gosto pela máscara e pelo desdobramento e também, parece, à sua modéstia científica”.

⁴ Neste TCC, particularmente, textos citados em que há controvérsias sobre a autoria, adotamos mencionar as autorias dos textos conforme o escolhido pelo editor/tradutor dos escritos consultados, visto que discutir a autoria das obras não é o foco deste trabalho.

⁵ Como sugestão, Faraco et al (2007, p. 9), coloca que, caso se queira consultar mais informações biográficas de Bakhtin, pode-se tomar como referência: CLARK, K.; HOLQUIST, M. Mikhail Bakhtin. São Paulo: Perspectiva, 1998.

p.22). Nesse universo, o tema linguagem passa a fazer parte de suas discussões a partir de 1926, especificamente no texto *O discurso na vida o discurso na arte*, de Bakhtin [Volochínov] (FARACO, 2009, p.31). A linguagem passou a ser um ponto central e o eixo organizador do pensamento teórico do grupo (FARACO, 2009). Na ancoragem sócio-histórica e ideológica de linguagem, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]⁶, p.188, grifos nossos) propõe que não se pode separar sujeito e linguagem, pois a atividade mental do sujeito, “[...] suas motivações subjetivas, suas intenções, seus desígnios conscientemente estilísticos, não existem fora de sua *materialização objetiva na língua*”.

Levando-se em consideração o solo discursivo de onde parte o Círculo, pretendemos apontar conceitos importantes, que compõem o cenário teórico bakhtiniano e que têm relevância para o entendimento de discurso e de autoria.

2.1 TEXTO E ENUNCIADO NO CÍRCULO

No capítulo *O problema do texto na linguística, na filosofia e em outras ciências humanas – uma experiência de análise filosófica*, da obra *Estética da criação verbal*, Bakhtin (2011 [1979], p.308) expõe que “Todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve)”. Nesse âmbito, servindo-nos, aqui, do texto como impulso inicial para entender o papel de autoria e de discurso na teoria bakhtiniana, revelamos que é imprescindível descrever alguns outros conceitos que compõem a linguagem. O texto é um deles, uma vez que “[...] por trás de cada texto está o *sistema* da linguagem” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.309, grifos nossos). Assim, mediando o homem social e o meio, o texto (seja ele verbal, na forma oral ou escrita, seja ele em qualquer outra forma semiótica) “[...] é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.319). Por isso, o texto é a unidade que possibilita acessar o homem social e a sua linguagem, pois “Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.307).

Pontualmente, sustentado pela perspectiva do segundo polo é que se estabelece que o texto é sinônimo de enunciado⁷, sendo este, para o filósofo russo, a unidade concreta e “real

⁶ As datas entre parênteses condizem com a edição brasileira consultada, seguidas pelas datas entre colchetes que fazem correspondência à edição internacional.

⁷ Assim como outros conceitos abarcados pelo Círculo de Bakhtin, é interessante frisar que, como explica Brait (2008, p. 65), “[...] a concepção de enunciado/enunciação não se encontra pronta e acabada numa determinada obra, num determinado texto: o sentido e as particularidades vão sendo construídos ao longo do conjunto das obras, indissociavelmente implicados em outras noções também paulatinamente construídas”.

[...] da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.274). Nesse sentido, o discurso⁸ se materializa em enunciados, os quais se fundamentam na dimensão social (ou na dimensão extraverbal). Isso significa que, em termos bakhtinianos, “[...] o discurso verbal é claramente não auto-suficiente” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.6), e, dessa forma, o enunciado se determina por suas reais condições na situação extraverbal, ou seja, na situação social imediata, “[...] e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.6). Além dessa, em sua totalidade, sua determinação está atrelada à situação sócio-histórica mais ampla, o que exprime que o enunciado está “[...] diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.6). Resumidamente, em suas palavras, a “[...] situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p. 113).

Diante disso, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, mais especificamente no capítulo *A interação verbal*, salienta que, realizando-se através da enunciação e das enunciações, a “[...] verdadeira substância da língua [...] é constituída [...] pelo fenômeno social da interação verbal” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p. 123, grifos nossos). Como o processo de fala é ininterrupto, suas dimensões e formas só são determinadas “[...] pela situação de interação e por *seu auditório*” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p.125, grifos do autor). Nesse aspecto, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]) declara que o enunciado se conduz, fundamentalmente, pelo auditório social, pois, além de se estabelecer assentado em enunciados já-ditos, é produto da interação de dois ou mais indivíduos (um locutor e um interlocutor) organizados socialmente. Em seus termos, o “[...] enunciado concreto (e não abstração linguística) nasce, vive e morre no processo de interação social entre os participantes da enunciação” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.13). A interação, portanto, é fruto da resposta a outros enunciados (ou reação ativa dos participantes) em uma determinada situação social (ou esfera sociodiscursiva – horizonte

⁸ É possível delinear a distinção entre texto e discurso, já que “[...] os procedimentos de discursivização são diversos dos de textualização, porque eles são objetos que têm modos de existência semiótica diversa: um é do domínio da atualização, o outro, do da realização” (FIORIN, 2012, p.162). No caso, ambos, certamente, são frutos da enunciação, mas diferem-se em suas existências semióticas. Fiorin (2012, p.148) destaca que o discurso é da ordem da imanência, e texto realiza o discurso por meio da manifestação – manifesta o pensamento, a emoção, o sentido, o significado (FIORIN, 2016, 179), especificando-se que ela faz a presentificação de uma forma em uma substância. Isso revela que, enquanto o discurso é do plano do conteúdo, o texto é do plano da expressão. Com isso, pode haver um mesmo discurso manifestado em diferentes textos. “Por outro lado, certas relações que se estabelecem entre texto e o discurso dão uma dimensão sensível ao conteúdo, porque ele não é apenas veiculado pelo plano da expressão, mas recriado nele” (FIORIN, 2012, p.162). Lembramos que haverá uma seção específica, nesta pesquisa, sobre o conceito de discurso para Bakhtin e o Círculo.

espacial e temporal), com uma finalidade discursiva, o que demonstra que cada enunciado é um evento/acontecimento único e é axiologicamente orientado.

Percebe-se, dessa maneira, que a palavra é justamente o território comum do locutor e do interlocutor, pois “[...] serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro [...]. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia em mim numa extremidade, na outra se apoia sobre meu interlocutor” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p. 113, grifos do autor). Contudo, de antemão, cabe ressaltar que essa *palavra*, nesse trecho em especial, é sinônimo de enunciado/enunciação, pois ela, sozinha ou combinada com outras, é uma *unidade da língua*, assim como a combinação de várias palavras ou, até mesmo, como as orações. Bakhtin (2011 [1979], p.276) explica a necessidade de se diferenciar essas *unidades da língua* (palavra e oração) em face da *unidade da comunicação discursiva* que é o enunciado. Assim, relacionando-as, com o intuito elucidativo, o autor revela que a oração tem natureza, fronteira, lei e unidade gramaticais e que

[...] não é delimitada de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato imediato com a realidade (com a situação extraverbal) nem relação imediata com enunciados alheios, não dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do *outro* falante, isto é, de suscitar resposta. (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 280, grifo do autor)

Dessa forma, ao contrário do enunciado, que se realiza somente no curso da comunicação verbal e que tem seus limites configurados pelos pontos de contato com outras enunciações (no caso, o meio extraverbal – situação, ambiente e pré-história) (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p.125), a oração “[...] é uma idéia, um tópico relativamente concluído, que se relaciona imediatamente com outras idéias de um mesmo falante dentro da totalidade do seu enunciado” (RODRIGUES, 2001, p.31). Segundo Rodrigues (2001, p.31), a partir de seus estudos em relação ao Círculo, tanto a palavra quanto a oração se vinculam à dimensão extraverbal e às enunciações somente por meio do enunciado em sua totalidade.

Aliás, essa é a primeira particularidade do enunciado, de acordo com os preceitos bakhtinianos (2011 [1979]), que o diferencia das unidades convencionais da língua (sistema abstrato): *a alternância dos sujeitos do discurso*. Seria essa a característica que delimita as fronteiras de cada enunciado, já que todo enunciado contém um início e um fim absolutos, os quais, como já mencionado, são demarcados pelo próprio falante. Rodrigues (2001, p.30) elucidava que, em uma determinada situação de interação, essa alternância é constituída “[...] pelo fato de que o falante conclui o que objetiva dizer (*dixi* conclusivo), termina o seu

enunciado, e assim, cede a palavra ao outro, o interlocutor (imediate ou não), para dar lugar a sua compreensão ativa, a sua postura de resposta”. É nesse aspecto que, ainda de acordo com a autora, a alternância de falantes dá, ao enunciado, sua corporeidade específica no que diz respeito aos outros enunciados vinculados a ele. Reunindo essas informações, notoriamente, no uso prático, a língua é inerente de seu conteúdo vivencial e, por isso, falar consiste em “[...] aprender a construir enunciados (porque falamos por meio de enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.283).

Profundamente ligada à primeira, a segunda particularidade do enunciado é a *conclusibilidade*, que “[...] é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 280, grifo do autor). É possível entender que o acabamento do enunciado é diretamente associado a uma chance de suscitar uma resposta, o que assinala o dialogismo⁹ da linguagem. Ademais, para ter essa totalidade discursiva que garante a possibilidade de resposta, a conclusibilidade do enunciado é estabelecida por três elementos intimamente associados ao seu todo: 1) a exauribilidade do objeto e do sentido (semântico-objetal do tema); 2) a vontade (ou intenção) discursiva do falante; e 3) as formas estruturais típicas do enunciado (ou seja, os gêneros do discurso). Com fundamentos no que Bakhtin (2011 [1979], p. 281, grifos do autor) retrata, o objeto do mundo é “objetivamente inexaurível, mas ao se tornar *tema* do enunciado [...] ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições [...], já no âmbito de uma ideia *definida do autor*”, quer dizer, a exauribilidade semântico-objetal é vinculada à esfera social em que o enunciado é produzido. Sucintamente, seria o sentido do objeto discursivo que se esgota em uma determinada situação social de interação. Posteriormente ao objeto de sentido se figurar como tema, ele se torna propenso a um acabamento relativo, este que é relacionado à vontade discursiva do locutor, a qual é caracterizada como sendo a vontade ou o desejo do falante, ou, ainda, o que este pode ou não expressar, em uma situação de interação. Por fim, atrelada a essa vontade, o locutor escolhe a forma do *gênero* que seu enunciado se construirá.

Nesse ponto, faz-se um adendo e ressalta-se que, para Bakhtin (2011 [1979], p.282, grifos do autor), nós falamos “[...] apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do*

⁹ Serão trazidas, neste texto, mais explicações sobre o conceito de dialogismo.

todo”. Evidentemente, já que a atividade humana é heterogênea e, por isso, as interações sociais são inúmeras (as quais são mediadas tanto pela linguagem verbal quanto pelas demais modalidades semióticas), cada *esfera sociodiscursiva* ou *campo da atividade humana*¹⁰ requer e produz seus gêneros discursivos. Assim, a língua é empregada em forma de enunciados, concretos e unidos, que se encarregam de refletir “[...] as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu *conteúdo* (temático) e pelo *estilo* da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua *construção composicional*” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.261, grifos nossos). Da mesma forma que os enunciados, os gêneros do discurso estão vinculados a situações relativamente típicas da comunicação discursiva, o que quer dizer que cada gênero se assenta em um *cronotopo*¹¹ (BAKHTIN, 1988 [1975], p.212).

Ademais, a determinação dos gêneros na formação do enunciado se dá, no processo discursivo, tanto como referência de orientação do locutor quanto de interpretação do interlocutor, configurando-se, para o autor russo, como a *normatividade* dos gêneros, resultante da relativa estabilidade da interação. Como exemplo, Bakhtin (2011 [1979], p. 283) explica que nós “[...] aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gêneros e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras [...]”. Por isso, os gêneros do discurso são importantes para a construção e para o acabamento dos enunciados, ou seja, para a conclusibilidade do enunciado, a normatividade dos gêneros também atuante. Essa colocação atesta que “Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez a cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 283).

¹⁰Acosta-Pereira (2010, p.2), a partir de seus estudos das obras de Bakhtin, coloca que as esferas sociodiscursivas (ou campos da atividade humana) “[...] constituem-se como campos de legitimação, regularização e significação das interações sociais que, por sua vez, se tipificam, originando os gêneros do discurso”. Com outras palavras e de maneira geral, é possível dizer que essas esferas são campos tanto de práxis quanto de criação cultural. Assim, como exemplos, pode-se citar “[...] o romance, da esfera da arte, os gêneros do jornalismo de jornal e de revista, tais como: a entrevista, a carta de aconselhamento, o editorial, o artigo assinado” (ACOSTA-PEREIRA, 2010, p.2), além de outras, como, da escola, da religião, da ciência, da arte e assim sucessivamente.

¹¹ Dados os limites desse trabalho, não será possível efetuar uma análise pormenorizada do conceito de *cronotopo*. Aqui, será entendido a partir de Bakhtin (1988 [1975], p. 211), para quem o termo *cronotopo* é a interligação fundamental entre as relações temporais e espaciais num todo compreensivo e concreto. Dito de outro modo, os gêneros se assentam em *cronotopos* próprios, uma vez que eles se constituem em situações sociais de interação particulares, relativamente estáveis. “Cada gênero está assentado em um diferente *cronotopo*, pois inclui um horizonte espacial e temporal (qual esfera social, em que momento histórico, qual situação de interação), um horizonte temático e axiológico (qual o tema do gênero, qual a sua finalidade ideológico-discursiva) e uma concepção de autor e destinatário” (RODRIGUES, 2007, p. 165). Não sendo sinônimo de contexto, então, “*Cronotopo* se firmou como categoria que define não apenas o *continuum* espaço-tempo, mas a semiose de diferentes sistemas de signos que enfrentam a difícil tarefa de representar a continuidade da experiência por meio de signos discretos da cultura” (MACHADO, 2010, p. 5).

A *expressividade*, terceira e última das particularidades do enunciado (relembrando: alternância de sujeitos do discurso; a conclusibilidade; e expressividade), é a composição do enunciado a partir (além de um horizonte cronotópico) de um posicionamento em um dado horizonte apreciativo. Nesse aspecto, o enunciado é construído axiologicamente, o que significa que os valores sociais e os valores apreciativos se materializam nele. A expressividade, portanto, é “[...] a relação subjetiva emocionalmente *valorativa* do falante” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.289, grifo nosso): (i) com o objeto discursivo; (ii) com a esfera sociodiscursiva a qual ele está vinculado; (iii) com os interlocutores que fazem parte da interação (e suas reações-respostas); e (iv) com os enunciados já-ditos (BAKHTIN, 2011 [1979]). Contudo, Bakhtin (2011 [1979], p.289) explica que essa relação varia nos diferentes campos da comunicação discursiva, pois “[...] o elemento expressivo tem significado vário e grau vário de força, mas ele existe em toda parte”. Isso revela que o enunciado, contrariamente às palavras e às orações, é propriamente expressivo e que, absolutamente, nunca é neutro.

Mais especificamente, somente a palavra usada na fala real (a enunciação) possui “um acento de valor apreciativo” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p.132), sendo este acento transmitido por uma *entonação expressiva*, esta que é determinada inteiramente “pela situação imediata em cujo quadro se desenvolve a conversa” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p.134). Ou seja, essa entonação é caracterizada por concretizar o vínculo entre o enunciado e a dimensão social (RODRIGUES, 2001, p.27). “Através dela, o discurso se orienta para fora dos seus limites verbais e entra em contato com a vida sócio-ideológica. Ela se situa na fronteira da vida social e da parte verbal do enunciado, marcando a atitude valorativa (feliz, aflita, interrogativa, de admiração, de surpresa etc.)” (RODRIGUES, 2001, p.27) do falante em relação aos quatro pontos citados acima. Relacionada à seleção de recursos linguísticos (estilo) e de procedimentos composicionais (composição), a entonação do enunciado é um dos componentes da atitude emotivo-valorativa (RODRIGUES, 2001, p.32-33). Em suma, o enunciado “[...] isolado e concreto sempre é dado num contexto cultural e semântico-axiológico [...]; apenas nesses contextos o enunciado isolado é vivo e compreensível: ele é verdadeiro ou falso, belo ou disforme, sincero ou malicioso, franco, cínico, autoritário e assim por diante” (BAKHTIN, 1988 [1975], p.46). A expressividade afirma uma ligação entre o enunciado e sua situação de interação, ou seja, dando uma marcação de valor à enunciação. As unidades convencionais da língua, em contrapartida, possuem “[...] *entonação específica* e não uma *entonação expressiva*” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.296, grifo nosso).

É com base na compreensão sucinta dos conceitos de texto, de enunciado (e de suas particularidades), de discurso (e de gêneros do discurso), os quais são inteirados às esferas sociodiscursivas e às situações de interação, e de outras definições atreladas a eles, que se pode dar continuidade, na subseção seguinte, à descrição concisa de relações dialógicas/dialogismo e de ideologia para Bakhtin e o Círculo.

2.2 DIALOGISMO E IDEOLOGIA NO CÍRCULO

À medida que Barros (2007, p.30, grifos da autora) afirma que os estudos sobre interação verbal estão se encaminhando para “[...] propostas mais ‘humanizantes’ da comunicação, ou, na perspectiva de Bakhtin mais ‘sociologizantes’”, apossamo-nos da fala dessa autora, nesta subseção, para apresentarmos um mapeamento conceitual da concepção de relações dialógicas/dialogismo para o Círculo. Posteriormente, serão expostos os conceitos, atrelados ao primeiro, de ideologia (trazendo à tona o posicionamento marxista registrado em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*) e de subjetividade/objetividade.

As análises de Bakhtin (2015 [1929]), segundo ele e em conformidade com o que já foi aludido nesta pesquisa, não são linguísticas, no sentido rigoroso. Seu intuito é situá-las no campo (ou área) de estudo da linguagem, “ainda não constituído de disciplinas particulares definidas” (BAKHTIN, 2015 [1929], p.207), denominado de *metalinguística* (ou *translinguística*¹²). Esta estuda o mesmo fenômeno que a linguística, contudo dá destaque, de modo legítimo, aos “[...] aspectos da vida do discurso que ultrapassam” (BAKHTIN, 2015 [1929], p.207) os limites desta. Com vistas a ir além do objeto da linguística, que é “[...] apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva, mas não a própria comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.324), os objetos de estudo da metalinguística são, pois, as *relações dialógicas*. Mas, evidentemente, a metalinguística não deve ignorar a

¹² Rodrigues (2005, p. 156, grifos da autora) revela que “Para muitos pesquisadores, pela significação dominante que a palavra *metalinguística* possui no ocidente, o termo mais adequado seria *translinguística*”. Além disso, a autora explica que, nesse campo de estudo, as disciplinas que estariam reunidas, hoje, abrangeriam “[...] diferentes vertentes da análise de discurso, teorias da enunciação, semântica de vezo discursivo e a linguística aplicada, por exemplo” (RODRIGUES, 2005, p. 156). Da mesma maneira, Fiorin (2016, p. 192), em uma nota, diz que atribui à metalinguística o termo *translinguística*, seguindo à maneira dos franceses e explicando que o prefixo *trans* (do latim), mesmo que equivalente (do ponto de vista do sistema) ao prefixo *meta* (do grego), abarca o estudo das unidades reais da comunicação. Por sua vez, Bezerra (2015 [1929]), no prefácio *Uma obra à prova do tempo*, na página XV, coloca que *translinguística* foi uma “[...] tradução inadequada [...] do conceito de Bakhtin” feita por Julia Kristeva, “[...] com finalidade nada disfarçada de reduzir-lhe o pensamento a mais uma corrente da linguística”. Neste TCC, os conceitos serão usados como correspondentes, visto que a discussão da tradução foge do escopo desta pesquisa.

linguística, pelo contrário, deve “[...] aplicar os seus resultados” (BAKHTIN, 2015 [1929], p.207).

Trocando em miúdos, portanto, mais uma vez, para além de uma linguística objetiva e idealista, que “[...] estuda a língua como se esta fosse *monológica*” (BAKHTIN, 2016 [1997]¹³, p. 118, grifos nossos), Bakhtin (2015 [1929], p. 207) expressa que seu olhar está voltado para o estudo do discurso, ou seja, da “[...] língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso”.

Bakhtin (2016 [1997]) coloca que, para se esclarecer para si mesma, uma ideia se faz no processo de troca com o outro. Dessa forma, não há, e não pode haver, um monólogo que seja absoluto, ou seja, “[...] não endereçado a ninguém, uma expressão puramente individual de um pensamento para si mesmo” (BAKHTIN, 2016 [1997], p.118), pois todo enunciado é dialógico, é direcionado a alguém e faz parte de um intercâmbio de ideias, ou seja, é social: por um lado, fundando-se na língua, o monólogo absoluto seria excluído exatamente pela própria natureza da língua; e, por outro lado, o diálogo carrega a marca não de uma, mas sim de várias individualidades. Em outros termos, “[...] falante e compreendedor jamais permanecem cada um em seu próprio mundo; ao contrário, encontram-se num novo, num terceiro mundo, num mundo dos contatos; dirigem-se um ao outro, entram em ativas *relações dialógicas*” (BAKHTIN, 2016 [1997], p. 113, grifo nosso).

De modo a esclarecê-las, Bakhtin (2015 [1929], p.208-209) descreve que as relações dialógicas (ou dialogismo)¹⁴¹⁵, além de se distinguirem das relações linguísticas (seja entre elementos do sistema da língua seja entre enunciados isolados), como já mencionado, são essencialmente extralinguísticas e, sem dúvida, não podem ser separadas do campo

¹³ Em uma nota, Bezerra (2016), nesse livro *Os gêneros do discurso* (traduzido por ele), explica que os adendos *Diálogos I*, de 1950, e *Diálogos II*, de 1952, são inéditos no Brasil e foram escritos antes de *Os gêneros do discurso*. Foram publicados, contudo, somente em 1997, na Rússia, no volume 5 das obras de Bakhtin. Bezerra (2016) revela ainda que, neles, é atribuída à língua a natureza dialógica.

¹⁴ Acosta-Pereira (2012, p.49) detalha que, mesmo que em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* haja uma discussão sobre relações dialógicas, é somente nos capítulos *O discurso em Dostoiévski* e *O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas* que, de fato, é explicado explicitamente o conceito de relações dialógicas.

¹⁵ Vale mencionar aqui, também, a colocação de Fiorin (2012, p.151) de que relação dialógica entre discursos também é chamada de *relação interdiscursiva* e, por ser constituída do discurso, é uma relação necessária. Ele afirma, ainda, que não existe discurso fora das relações interdiscursivas. Por sua vez, o autor desvenda que se denominam *intertextualidade* os casos em que as relações entre discursos são materializadas em textos. “Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas que o contrário não é verdadeiro” (FIORIN, 2012, p.153). No entanto, nem todas as relações dialógicas apresentadas no texto devem ser consideradas intertextuais. “A intertextualidade diz respeito à relação entre mais de um texto; ocorre quando um texto se encontra com outro quando duas materialidades se entrecruzam, quando duas manifestações discursivas se atravessam” (FIORIN, 2012, p. 154).

discursivo. Como explicação, da mesma maneira que os enunciados se fundem tanto do contato com a realidade concreta quanto de situações de interações verbais reais, as relações dialógicas nascem nas mesmas condições. Mais especificamente, Bakhtin considera a relação dialógica como sendo o princípio que constitui a linguagem e a condição do discurso (BARROS, 2007, p.31). “A linguagem, seja ela pensada como língua ou como discurso, é, portanto, essencialmente dialógica. Ignorar sua natureza dialógica é o mesmo, para Bakhtin, que apagar a ligação que existe entre a linguagem e a vida” (BARROS, 2007, p.33). Viver, assim, significa participar de um diálogo, por isso a *alteridade*, segundo elucida Barros (2007, p.25), “[...] define o ser humano”, pois não se pode pensar o homem fora das relações que o ligam com o outro, e é a essência estruturadora das relações dialógicas. O acabamento do enunciado, que a alteridade marca, é o que possibilita a resposta do outro.

Resgatando-se a explicação sobre relações dialógicas, é preciso salientar, contudo, que, conforme estipula Fiorin (2016, p.165-166, grifos do autor), não se pode fazer as duas seguintes leituras sobre esse conceito: (i) que o dialogismo é equivalente ao diálogo “face a face”; e (ii) que há dois tipos de dialogismos¹⁶, um entre interlocutores e outro entre discursos. Sua leitura da obra de Bakhtin o fez concluir que o dialogismo: “[...] a) é o modo de funcionamento real da linguagem e, portanto, é seu princípio constitutivo; b) é uma forma particular de composição do discurso” (FIORIN, 2016, p. 167). É nesse aspecto que se considera que o dialogismo é princípio constitutivo da linguagem, pois o homem não tem contato direto com a realidade já que a linguagem faz a mediação entre um e outro, e isso significa que “[...] o real se apresenta para nós semioticamente, o que implica que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com os outros discursos, que semiotizam o mundo. *Essa relação entre os discursos é o dialogismo*” (FIORIN, 2016, p. 167, grifos nossos). Resumidamente, nas palavras de Bakhtin (1988 [1975], p.86), não há contato direto do homem com o objeto, uma vez que

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apropriações de outros, por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas,

¹⁶ Para Barros (2007, p.26), por exemplo, existem duas concepções de dialogismo que permeiam os textos de Bakhtin: dialogismo entre interlocutores (que envolve tanto a interação verbal entre sujeitos quanto a intersubjetividade) e dialogismo entre discursos (que o enunciado-discurso é fruto de enunciação ou de um contexto histórico, social, cultural e assim por diante).

fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico.

O autor aponta para a não neutralidade dos enunciados (já assinalada na seção anterior deste texto), confirmando que eles não são indiferentes entre si e que não se bastam em si mesmos, sendo plenos de ecos e de ressonâncias de outros enunciados com os quais se ligam pelas esferas de comunicação sociodiscursivas (BAKHTIN, 2011 [1979], p.297). Cada enunciado responde (rejeitando, confirmando, completando, baseando) a outros, estes que já “[...] trazem consigo a sua expressão, o seu *tom valorativo* que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos (BAKHTIN, 2011 [1979], p.295, grifo nosso). As relações dialógicas são, então, encontros “[...] em todas as instâncias da linguagem – inclusive a bivocalidade do enunciado individual ou na dinâmica do discurso interior –, de *vozes*, isto é, de manifestações discursivas sempre relacionadas a um tipo de atividade humana e sempre axiologicamente orientadas” (FARACO, 2007, p.106, grifos nossos), que se cruzam, complementam-se discordam umas das outras, duelam, questionam-se e assim sucessivamente. Não somente se descrevem como uma relação de respostas¹⁷ a enunciados anteriores (passados, já-ditos) e a enunciados que o sucedem (que ainda não existem, pré-figurados), mas também, conforme descreve Faraco (2009, p.69), são espaços de tensão entre enunciados, em que, na *responsividade* (a qual se caracteriza pela adesão ao dizer do outro), admite-se, além de aceitar, “[...] recusar outros enunciados (outras vozes sociais) que podem se opor dialogicamente a ela”. Em seu sentido amplo, nesses espaços vastos ocorrem lutas entre vozes sociais, “[...] em que atuam *forças centrípetas* (aquelas que buscam impor certa centralização verboaxiológica por sobre o plurilinguismo real) e *forças centrífugas* (aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos [...])” (FARACO, 2009, p.69-70, grifos do autor).

Interessa-nos apontar aqui é que, se há diversas vozes que perpassam os discursos e se os enunciados possuem sempre uma dimensão avaliativa (um posicionamento social valorativo), é central para as discussões do Círculo que: “[...] qualquer enunciado é [...] *sempre ideológico*” (FARACO, 2009, p.47, grifo do autor). Tal concepção tinha como

¹⁷ “[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.272).

propósito buscar entender como os discursos (materializados em forma de enunciados) “[...] são saturados e *refratados* pela ideologia” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2004, p.178, grifo nosso) e como se dava a ligação entre linguagem e ideologia.

Sendo, por vezes, equivalente a axiológico, o termo ideológico, para o Círculo, tem dois sentidos, de acordo com a explicação de Faraco (2009, p.46-47): primeiro, que qualquer enunciado se manifesta na esfera de uma das ideologias (estas que são o universo que engloba a arte, a ciência, a religião, a filosofia, a política, o direito, a ética, ou seja, as manifestações superestruturais); e, segundo, que o enunciado sempre expressa uma posição avaliativa (novamente, coloca-se, aqui, que não existe enunciado neutro). A ideologia, na perspectiva bakhtiniana, é inteiramente social (extralinguística) e é construída nas esferas das atividades humanas. No caso, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]) afirma a existência íntima da relação entre ideologia e linguagem, uma vez que a ideologia só passa a existir a partir do momento em que é materializada, e é na linguagem, através da interação verbal ou de outro material semiótico, que isso acontece.

Para Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929], p.31, grifos do autor), tudo “[...] o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo [e] [...] tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*”. O signo resulta da interação entre indivíduos socialmente organizados (relações intersubjetivas), já que é nela que ocorrem os processos de significação e de valoração, e, portanto, o “[...] signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p.46). Nesse sentido, o signo é ideológico justamente por refletir nele a realidade e, também, por refratá-la. Essa refração seria a materialização da realidade repleta de resquícios valorativos outros. “A refração passa a ser compreendida como a confluência entre acentos de valor diversos” (ACOSTA-PEREIRA, 2012, p.56).

Nas palavras de Ponzio (2008, p. 109), isso que significa que “[...] tudo que faz parte da realidade material pode converter-se em signo, e adquire tal valor apenas na dimensão histórico-social”. O signo é o que representa e o que organiza a realidade através de um ponto de vista valorativo, de determinados parâmetros valorativos, de determinados planos de ação e de determinadas perspectivas praxiológicas (PONZIO, 2008, p. 109). Esse autor ainda evidencia que o signo verbal é, para o Círculo, o signo ideológico por excelência, pois ele tem uma dualidade semântico-ideológica maior, se comparado a outros signos, pois tem a capacidade de cumprir funções ideológicas de qualquer gênero (científico, religioso,

ético e assim por diante), ou seja, ele não está presente apenas em setores específicos, e sim em toda a comunicação cotidiana (PONZIO, 2008, p. 123-124).

Nesse horizonte, Bakhtin chama de *sistema ideológico* as duas formas de ideologia: a *cotidiana*, que corresponde ao que envolve a atividade cotidiana, naturalmente social e não formalizada ou não sistematizada; e a *oficial* (ou formalizada), que é composta por sistemas estáveis (como a religião, a arte, a ciência, a política etc.) e estes são constituídos pela ideologia cotidiana. Butturi Junior (2014, p.5) propõe, bakhtinianamente, como sendo *esferas cotidianas* e *esferas formalizadas/institucionalizadas*, nessa ordem.

É preciso colocar, ainda, que, fazendo parte do que Faraco (2009, p.17) diz ser um segundo grande projeto dos membros do Círculo (em especial, dos textos dos intelectuais Voloshinov e Medvedev¹⁸, de 1925 e 1930), o grupo pretendia contribuir “[...] para a construção de uma teoria marxista da chamada criação ideológica, ou seja, da produção e dos produtos do ‘espírito humano’; ou, para usar um termo mais corrente num certo vocabulário marxista, uma teoria das manifestações da superestrutura” (FARACO, 2009, p.17, grifo do autor). A finalidade, então, era de construir “[...] uma teoria de base marxista da criação ideológica” (FARACO, 2009, p.45) ou, em outras palavras, “[...] construir uma teoria materialista da criação linguístico-ideológica” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2004, p.178).

Inicialmente, de acordo com Miotello (2012, p. 167-168), havia a queixa de que eram ausentes estudos, de produção teórica marxista, sobre o problema da linguagem e o problema do estudo da ideologia em um lugar certo, tratando-a de forma mecanicista, “[...] ou seja, segundo Bakhtin e os membros do Círculo, os teóricos marxistas procuravam uma ligação direta entre acontecimentos nas estruturas socioeconômicas e sua repercussão nas superestruturas ideológicas”. Para Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929], p. 38, grifo do autor), a única maneira de fazer com que o marxismo sociológico pudesse dar conta “[...] das profundezas e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas ‘imanescentes’” consistia em fundamentar-se e basear-se na filosofia da linguagem concebida como filosofia do signo ideológico. Além disso, eles queriam combater a perspectiva que defendia a ideologia “[...] ora na consciência, ora como pacote pronto, advindo do mundo da natureza ou mesmo do mundo transcendental” (MIOTELLO, 2012, p. 168). Nas palavras de Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929], p. 33; 35-36, grifos do autor):

¹⁸ Voloshinov e Medvedev “[...] assinaram textos com os quais buscavam, de modo explícito, intervir num debate de sua época voltado justamente para uma temática marxista” (FARACO, 2009, p.27).

A filosofia idealista e a visão psicologista da cultura situam a ideologia na consciência. Afirmam que a ideologia é um fato de consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão. O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, *que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos*. [...] A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e elas refletem sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem.

Bakhtin ([VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.8) diz que um enunciado pode ser comparado a um *entimema* (do grego, quer dizer “alguma coisa localizada no coração e na mente”, e, como forma de silogismo, significa que uma das premissas não aparece expressa, mas pode ser presumida), o que pode ser entendido como algo psicológico, mas ele revela que não é o caso. Assim, uma situação não se revela como algo presente na mente/no pensamento do falante (uma ideia ou um sentimento), e sim que o individual e o subjetivo têm por trás o social e o objetivo. Ou seja, o social significa que “[...] o que eu conheço, vejo, quero, amo, etc. não pode ser presumido”, somente “[...] o que todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos – apenas estes pontos nos quais estamos todos unidos podem se tornar a parte presumida de um enunciado”. Por sua vez, o objetivo reconhece que, no horizonte de cada falante, há uma unidade *material do mundo* e uma *unidade das condições reais da vida*, as quais formam um conjunto de julgamentos de valor. Como exemplo disso, tem-se “[...] o fato de os falantes pertencerem à mesma família, profissão, classe, ou outro grupo social, e o fato de pertencerem ao mesmo período de tempo”. Nesse aspecto, os julgamentos de valor presumidos não são as emoções dos indivíduos, são os seus atos sociais regulares e essenciais. Suas emoções surgem, verbalmente, apenas acompanhadas de avaliações sociais.

É especialmente em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929]), um texto “[...] *marxista do começo ao fim*” (YAGUELLO, 1995, p.13, grifos nossos), que, aplicando o método sociológico à linguística, ocupa-se de discutir sobre “[...] as relações entre linguagem e sociedade, colocado sob o signo da dialética do signo, enquanto efeito das *estruturas sociais*” (YAGUELLO, 1995, p.13, grifos nossos).

Yaguello (1995, p.14) afirma que, estando ligada às estruturas sociais, a fala é onde são confrontados os valores sociais contraditórios, e esses conflitos da língua são reflexos das lutas de classes dentro do sistema. “A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc” (YAGUELLO, 1995, p.14). Em outros termos, à medida que Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929], p. 36, grifos nossos) considera que a realidade dos fenômenos é também a realidade dos signos sociais, e que as leis “[...] dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das *leis sociais e econômicas*”, para o autor, “[...] a realidade ideológica é uma *superestrutura* situada imediatamente acima da base econômica”. Assim, a palavra, signo ideológico por excelência e *ubiquidade social*, é que faz a veiculação, de maneira privilegiada, da ideologia, sendo esta uma superestrutura e não a língua por si só (YAGUELLO, 1995, p. 17). A palavra faz o acompanhamento e comenta os atos ideológicos (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p. 37).

Como se viu anteriormente, as leituras canônicas da relação do Círculo com o marxismo indicam que essa concepção de ideologia é contrária a um conceito de ideologia como ocultamento do real, em outros termos, aquela que faz o “[...] escurecimento e [a] não percepção da existência das contradições e da existência de classes sociais, promovidas pelas forças dominantes, e aplicada ao exercício legitimador do poder político e o organizador de sua ação de dominar e manter o mundo como é” (MIOTELLO, 2012, p.168). Para Faraco (2009, p.47), por exemplo, os termos ideologia (no singular ou no plural) e ideológico, nas obras do Círculo, não possuem sentido restrito, negativo ou de “mascaramento do real”. Contudo, ao fim do capítulo *A relação sobre a infra-estrutura e as superestruturas*, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929], p.47, grifos nossos) coloca que, apesar de o signo ser uma arena de luta de classes, aquilo que o torna ideologicamente vivo e dinâmico “[...] faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser”. Nessa esteira, a classe dominante confere ao signo ideológico o caráter de intangibilidade e acima das diferenças de classes, “[...] a fim de *abafar* ou de *ocultar* a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”. Ao que parece, assim como a ideologia de Marx e Engels (BUTTURI JUNIOR, 2008), há, aqui, um discurso de distorção: ocorre o ocultamento nas lutas de classes, nas formas invertidas da consciência e da vida material dos homens. Bakhtin ([VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.9, grifos nossos) revela:

O fato é que todas as avaliações sociais básicas que derivam diretamente das *características distintivas da vida econômica de um grupo social dado*,

usualmente não são enunciadas: elas estão na carne e sangue de todos os representantes deste grupo; elas organizam o comportamento e as ações; elas se fundiram, por assim dizer, com os objetos e fenômenos aos quais elas correspondem, e por essa razão elas não necessitam de uma formulação verbal especial.

Ademais, para além da polêmica conceituação da ideologia (que transcende o escopo deste TCC), é o ponto de partida marxiano o evocado na crítica aos estudos da linguagem. Conforme coloca Severo (2007b, p.95), ocorre também “[...] um olhar marxista sobre os fenômenos presentes no estudo da linguagem”, no âmbito da filosofia da linguagem e da estética, efetuando-se críticas ao *subjetivismo idealista* (simbolizado, especialmente, pelo pensamento de Humboldt) e o *objetivismo abstrato* (representado, principalmente, pelos textos de Saussure – Curso de Linguística Geral). Assim, retomando Barros (2007), quando afirma que a concepção interacional da linguagem é mais sociologizante e, então, acrescentando-a a esse emaranhado de explicações conceituais, percebe-se que a questão da linguagem, para o Círculo, contribuiu para novos direcionamentos, fazendo críticas às duas principais correntes de pensamento linguístico de seu tempo. “Pode-se dizer, nesse sentido, que ocorre, nos debates destes intelectuais, uma espécie de virada linguística por volta de 1925/1926” (FARACO, 2009, p.29).

Nessa ordem, “[...] a linguagem não é nem representação especular do mundo e do pensamento, nem instrumento de comunicação objetivo” (BUTTURI JUNIOR, 2014, p.3). Por um lado, no que diz respeito ao subjetivismo idealista, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]) põe em xeque as seguintes colocações dessa corrente: a enunciação com caráter individual; “[...] a existência da consciência desvinculada da realidade social; a vinculação da enunciação com a expressão do interior do indivíduo; a enunciação monológica tido como objeto de estudo e a evolução da língua associada ao psiquismo individual” (SEVERO, 2007b, p.97). Por outro lado, em relação ao objetivismo abstrato, suas críticas são sobre: a separação que se faz entre a língua e a consciência individual; a definição de que a palavra é neutra e imutável; e a consideração de que a história da língua é a história das formas linguísticas, em momentos sincrônicos¹⁹, desprovidas de vínculo tanto umas com as outras

¹⁹ Faz-se, aqui, a observação de que, nesse ponto, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]), conforme ressalta Faraco (2009, p. 108, grifos do autor), aparenta ter criado uma confusão entre o sistema sincrônico, defendido pelo objetivismo abstrato, e o aspecto estrutural da língua. Assim, “[...] ao recusar um, acabou por recusar o outro, criando para si mesmo um vácuo teórico: ele não consegue falar do enunciado sem admitir que há nele uma face reiterável (que ele chama de sinalidade); no entanto, não encontra elementos para caracterizar sua natureza e termina por fazer a afirmação claramente esdrúxula de que o componente de sinalidade existe na língua, mas não como constituinte da língua como tal”. Severo (2007b, p.96) diz que essa negação o custou a existência de

quanto com a realidade de uso da língua (SEVERO, 2007b, p.96-97), ou seja, “*Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos*” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p. 83, grifos do autor). Portanto, ambas abordagens falham, em virtude de o discurso verbal, em sua essência sociológica e concreta, estar fora do alcance desses pontos de vista (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.13).

2.3 O PROBLEMA DO DISCURSO NO CÍRCULO

Como afirmado na seção anterior, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]) buscou compreender o fenômeno da linguagem não exclusivamente centrado na língua ideologicamente neutra, mas em um nível mais complexo, o do *discurso*. Para Bakhtin (1988 [1975], p.85), os fenômenos específicos do discurso eram pouco explorados em sua quase totalidade, e, por isso, precisava-se entender que os principais temas do dizer humano é o seu próprio dizer (FARACO, 2009, p.139).

Como já discutido, um lugar abstrato, organizador de vozes, de ações e de costumes, o discurso é onde os enunciados se concretizam. Esse espaço é preenchido e se renova incessantemente, já que se compõe pela língua em uso, carregada de valores e de ideologias, articulada aos fenômenos linguísticos. Como as relações dialógicas são constitutivas do discurso, Bakhtin mostra algumas formas de materialização dessas relações, e, para isso, ele as exemplifica, em seus textos, através do discurso literário. Em suas palavras, a “[...] arte, também, é imanentemente social; o meio social extra-artístico afetando de fora a arte, encontra resposta direta e intrínseca dentro dela” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926], p.3). Mesmo se utilizando dos domínios literários para exemplificar como se constituem os discursos dialógicos, salienta que estes se manifestam nas produções discursivas das múltiplas esferas de atividade humana existentes, já que o dialogismo é constituinte da linguagem. Ou seja, Bakhtin, “[...] no método sociológico, aponta para a direção de se ‘olhar’ o mundo estético tendo como horizonte o mundo ético, ou seja, há na obra bakhtiniana a orientação de se analisar o discurso poético tendo como baliza o mundo da vida cotidiana” (SILVA, 2007, p.27-28, grifo da autora).

Em *Questões de literatura e de estética*, por exemplo, Bakhtin (1988 [1975]), reportando-se ao discurso no romance, enfatiza essas relações sócio-históricas entre os

contradições “[...] em seus escritos sobre o tratamento conferido ao caráter formal da língua (como as explicações sobre sinal e signo)”.

discursos e mostra que a dialogicidade do discurso “[...] para os discursos de outrem (em todos os graus e de diversas maneiras) criou novas e substanciais possibilidades literárias para o discurso, deu-lhe a sua peculiar *artisticidade em prosa* que encontra sua expressão mais completa e profunda no romance” (BAKHTIN, 1988 [1975], p.85, grifos do autor).

Mais do que trazer à tona a questão discursiva, o Círculo dá destaque, em seus textos²⁰, à presença da palavra do outro, o *discurso de outrem* (os discursos alheios – já-ditos e pré-figurados) nos enunciados dos locutores. Nascendo do diálogo e de sua réplica viva, o discurso “[...] forma-se na mútua-orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto” (BAKHTIN, 1988 [1975], p.88-89). Mais especificamente, Bakhtin (1988 [1975], p.86, grifo do autor) discute que “[...] entre todo discurso e o objeto, entre ele e a personalidade dos falantes interpõe-se um meio flexível, frequentemente difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos ‘alheios’ sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema”. É na relação com discursos dos outros que o discurso se funde, isola-se, cruza-se com os demais, e, nesse intrínseco movimento “[...] o discurso se forma substancialmente, haja vista que os discursos alheios penetram em seus estratos semânticos mais profundos, complexificam sua expressão e influenciam todo o seu aspecto estilístico” (SILVA, 2007, p.29). Resumidamente, indica que o locutor “[...] penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte” (BAKHTIN, 1988 [1975], p.91).

Já em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin [Voloshinov] (1925 [1929]), nos capítulos finais, ateuve-se à conceituação de discurso de outrem (também chamado, em seus textos, de *discurso reportado/citado/relatado*) e suas variantes²¹ (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre). Para o autor (1925 [1929], p. 144, grifos do autor), esse discurso é “o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*”. Seria o discurso de outrem não aquilo que se finda em uma citação, mas uma apreensão valorada dos dizeres do outro. Isso mostra que, nessa perspectiva, o discurso do outro não se reduz ao tema do discurso, ou seja, reportar não se vale pela repetição ou pela reprodução, configura-se, sobretudo, pelo

²⁰ A conceituação de discurso aparece em diversos textos do Círculo de Bakhtin, como, também, no *Discurso na vida e discurso na arte* (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1926), no qual são discutidas ideias nucleares do pensamento bakhtiniano, como é o caso da interação verbal (BRAIT, 2016).

²¹ “É nas variantes que se acumulam as mudanças, no curso dos séculos e dos decênios, e que se estabilizam os novos hábitos da orientação ativa em relação ao discurso de outrem, os quais se fixam em seguida sob a forma de representações linguísticas duráveis nos esquemas sintáticos. As variações se encontram na fronteira da gramática e da linguística”. (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929], p. 155).

estabelecimento de uma relação ativa entre o discurso que reporta e aquele que é reportado. Há uma interação dinâmica entre eles, uma interação dialógica (FARACO, 2009).

Se o tema do discurso de outrem (e da bivocalização) é proveniente da estratificação axiológica da linguagem, da heterogeneidade das vozes sociais (a chamada heteroglossia²²), de sua dialogização (ou heteroglossia dialogizada) e, ainda, da formação ideológica do indivíduo (FARACO, 2009, p. 139), constata-se que a voz do discurso de outrem não é, em todos os casos, sempre aparente, sempre evidente, como é o caso dos discursos direto e indireto. Há o discurso indireto livre que, necessariamente, é resultado de um resgate/uma reconstrução daquilo que foi dito (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1925 [1929]).

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2015 [1929]) evidencia as maneiras de apropriação do discurso do outro e as construções discursivas que retratam um falante, mas que são compostas por dois enunciados e duas perspectivas semântico-ideológicas. O autor sinaliza para o *discurso bivocal* como uma das materializações das relações dialógicas, pois as palavras de outrem “[...] introduzidas na nossa fala são revestidas inevitavelmente de algo novo, de nossa compreensão e de nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais” (BAKHTIN, 2015 [1929]), p.223). Esse discurso é composto por mais de uma voz que objetifica um mesmo objeto – discurso duplamente orientado (seja para o objeto seja para o discurso de um outro). Como um de seus exemplos, Bakhtin (2015 [1929], p.212) traz a paródia: nela, se for desconhecida a existência do discurso do outro, esse fenômeno não será entendido verdadeiramente, passando-se a interpretá-la como uma obra ruim. Assim, na paródia, “[...] o autor fala a linguagem do outro, porém, diferentemente da estilização, reveste essa linguagem de orientação semântica diametralmente oposta à orientação do outro” (BAKHTIN, 2015 [1929], p.221). Na paródia, em especial, ocorre, não a fusão de duas vozes, mas uma oposição entre vozes. Nela, utiliza-se da palavra do outro, mas revestida de ironia. Ou seja, atribui-se dela para dela se separar, já que a palavra do outro é maquiada com *entonação de zombaria, deformação e deboche* (BAKHTIN, 2015 [1929], p.223).

²² Para Severo e Paula (2010, p.81), “[...] o resultado da tensão entre as forças centrífugas e centrípetas é a produção da heteroglossia, que confere existência: (i) a uma pluralidade de vozes sociais em uma ‘mesma’ língua; (ii) à relação dialógica de línguas e dialetos; (iii) à relação dialógica entre vozes sociais circulantes por diferentes línguas e dialetos; (iv) à hibridação de línguas/dialetos e vozes sociais. Essa heteroglossia é fruto de relações de sentidos, de tensão, e de confronto existentes em um mesmo espaço-tempo ou em temporalidades e espacialidades diferentes”.

Nas interações discursivas, o papel do outro é fundamental, já que se insere no discurso do locutor, não sendo somente um ouvinte sem ação. O enunciado se molda com a interação com o interlocutor e sua responsividade. Não existe discurso separado do falante, da situação que o cerca, da relação com o ouvinte e das situações que estão vinculadas a este “[...] (o discurso do líder, do sacerdote, etc.). O discurso do homem privado. O poeta. O prosador. O ‘escritor’. Representação do profeta, do líder, do mestre, do juiz, do promotor (Acusador), do advogado (defensor). O cidadão. O jornalista” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.384, grifo do autor). É nesse horizonte que, sendo o discurso proveniente somente de relações dialógicas, não é possível determinar/distinguir/delimitar as fronteiras da palavra de outrem e a palavra do autor – este último, objeto da próxima subseção.

2.4 O PROBLEMA DA AUTORIA NO CÍRCULO

Como retrospecto do que já foi mencionado, lembremos que, para que as relações lógicas concreto-semânticas se tornem relações dialógicas, elas precisam se materializar, passando para um outro campo de existência, tornando-se discurso, e, sobretudo, precisam ganhar um *autor* (BAKHTIN, 2015 [1929], p.210), que é o criador (agente que mobiliza a produção) do enunciado. À medida que todo texto tem um sujeito, um autor, não existe palavra sem dono, palavra sem voz, palavras de ninguém (BAKHTIN, 2011 [1979]).

Faraco (2012, p.37) explica que, no texto *O autor e o herói na atividade estética* (provavelmente escrito entre 1920 e 1922), Bakhtin (1997 [1979])²³, fazendo uma desconstrução da visão tradicional do conceito de autoria, estabelece uma distinção entre o autor-pessoa (o escritor, o artista – ou seja, o indivíduo ético e socialmente marcado) e o autor-criador (detentor da função estético-formal que engendra a obra – ou seja, produtor de enunciado). É, especificamente, nessa época (de 1919 a 1929), que Bakhtin procurava configurar o objeto estético na obra de arte verbal (ARÁ, 2014), “[...] cimentando os fundamentos de uma estética geral” (TEZZA, 2007, p.234).

Bakhtin [Voloshinov] (1976 [1926], p.13, grifos do autor), de forma didática (TEZZA, 2007), especifica que o objeto estético condensa a rede de relações axiológicas; nelas, há três participantes: “[...] o *falante* (autor), o *interlocutor* (leitor) e o *tópico* (o que ou o

²³ Optamos, nesse caso, por utilizar a tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira do texto *O autor e o herói na atividade estética*, de *Estética da Criação Verbal* (1997), por nela ser utilizado o termo *herói*, convergindo com as pesquisas aqui mencionadas, já que a tradução de Bezerra coloca o termo *personagem* (*O autor e a personagem*), mas a relação do autor se dá “[...] com o personagem, ou com o herói” (TEZZA, 2007, p. 237), ambos se configurando como conceitos da mesma rede semântico-argumentativa.

quem) *da fala* (o herói)”. Cada um desses constituintes “[...] consubstancia (de forma refratada) posições valorativas sociais e, em relações recíprocas, determinam, do interior, a forma do objeto estético” (FARACO, 2012, p. 44). Clarifica-se, também, que não se pode confundir o autor com o escritor e, muito menos, o receptor com o público real, pelo fato de ambos terem funções imanentes que são constitutivas da obra (FARACO, 2012). Já o herói é o terceiro elemento, o receptor imanente, o objeto do enunciado nessas relações (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926]), ou, ainda, “[...] a função estético-formal que permite transpor para o plano da obra manifestações do coro social de vozes” (FARACO, 2012, p. 44).

Assim, no encontro entre esses três participantes, para Bakhtin (1997 [1979]), o autor-criador é entendido por ter um posicionamento valorativo, ou, em outras palavras, por ter “[...] uma posição estético-formal cuja característica básica está em materializar uma certa relação axiológica com o herói e seu mundo [...]” (FARACO, 2012, p.38). É nesse sentido que o autor modifica e constrói as particularidades do herói, como, por exemplo, seus traços, seus atos, seus pensamentos, seus sentimentos, da mesma maneira que, na vida, o indivíduo reage com juízos de valores às diversas manifestações daqueles que estão a sua volta (BAKHTIN, 1997 [1979]). Por isso, na obra, o autor-criador é mais que um narrador (instância narrativa abstrata ou instância gramatical que pode ser localizada no texto) (TEZZA, 2007). Materializado em uma posição axiológica proveniente de sua realidade vivida e valorada (recorte do viés valorativo do autor-pessoa), realiza a transposição de seu plano de valores para outro plano de valores, sendo uma *segunda voz* (FARACO, 2012). Ele dá forma ao conteúdo, e, por isso, está numa posição que é refratada e refratante (FARACO, 2012).

Bakhtin (1997 [1979]) explica que o autor-criador, através do seu ato de criação artística, é responsável por produzir a imagem espacial e corporal do herói, tanto como objeto de conhecimento quanto como uma totalidade de sentido (ARÁ, 2014). Nesse seu posicionamento, o autor-criador dá acabamento (constitui o todo) e escolhe uma forma composicional ao objeto estético. “A consciência do autor é consciência de uma consciência, ou seja, é uma consciência que engloba e *acaba* a consciência do herói e do seu mundo” (BAKHTIN, 1997 [1979], p.33). O autor-criador, sabendo mais que o herói, dá acabamento ao herói na obra literária (TEZZA, 2007). Nessa relação, chamada de criadora, há o princípio básico da *exotopia*, que é “[...] o fato de uma consciência estar fora de outra, de uma consciência ver a outra como um todo acabado, o que ela não pode fazer consigo mesma” (TEZZA, 2007, p.239). O autor dá ao herói a sua imagem exterior, o que é inacessível a este,

ou seja, “[...] uma vida encontra um sentido, e com isso se torna um ingrediente possível da construção estética, somente se é vista do exterior, como um todo; ela deve estar completamente englobada no horizonte de alguma outra pessoa [o autor]” (TODOROV, 1997 [1979], p.6). O autor dá unidade e acabamento estético à inconclusividade do herói (ARÁ, 2014).

A autobiografia é algo que Bakhtin toma como exemplo para explicar o princípio da exterioridade do ato criador, pois sem esse deslocamento não há ato criador (FARACO, 2012). Não fazendo, pois, um discurso direto sobre si mesmo, o autor, para escrever uma autobiografia, precisa “[...] situar-se fora de si mesmo, viver a si mesmo num plano diferente daquele em que vivemos efetivamente nossa vida” (BAKHTIN, 1997 [1979], p.36). Essa exterioridade, ao ser outro relativamente a si mesmo e vendo-se pelos olhos de outro, é “[...] a condição expressa para que ele possa completar-se até formar um todo, graças a valores que são transcendentais à sua vida, vivida internamente, e que lhe asseguram o acabamento” (BAKHTIN, 1997 [1979], p.36).

Após apresentar o autor-criador, como um elemento estético-formal, Bakhtin, no texto *O discurso no romance* (1934-1935), sustenta a distinção de autores (criador e pessoa) na filosofia da linguagem (FARACO, 2012). Faraco (2012) aponta que esse deslocamento no plano da linguagem é somente uma outra forma de apresentar a primeira conceituação. Nesse segundo momento, “Bakhtin caracteriza o autor-criador como voz social que dá unidade ao todo artístico” (FARACO, 2012, p.41). No caso, em ambas as fases, o autor-criador tem uma posição estético-formal axiológica; contudo, na formulação da filosofia da linguagem, “[...] essa posição se reveste de materialidade verbal e o autor-criador passa a ser identificado à voz social que cria e sustenta a unidade do todo artístico” (FARACO, 2012, p.42). Aqui, na teoria do romance, autor-criador reflete e refrata a heteroglossia.

Bakhtin, em *Problemas da obra de Dostoiévski* (publicado em 1929 e reeditado em 1963), dispõe total atenção de seus estudos aos textos de Dostoiévski e, a partir disso, afirma que este autor inovou a arte do romance, já que foi capaz de construir a inconclusividade estético-formal do herói, o que alterou a posição do autor-criador. Em poucas palavras, o autor não deixou de ser um elemento constitutivo da obra, mas o herói ganhou relativa liberdade e autonomia, deixando de se situar no campo de visão do autor, mas ainda assim continuou sendo criado por este (FARACO, 2012). O herói, aqui, “[...] vê o mundo, tem consciência desse mundo e, principalmente, tem consciência de si mesmo nesse mundo, ou

seja, tem um certo excedente de visão que lhe vem pela interação tensa com o olhar dos outros sobre ele” (FARACO, 2012, p. 47).

Ao fim lacônico dessa investigação que expôs, para Bakhtin (1997 [1979]), o autor-criador como uma posição de exterioridade assumida e determinada em relação a cada uma de suas personagens – permitindo-lhe produzir formas e acabamentos estéticos tanto a elas quanto ao mundo habitado por elas, ou seja, acabamento do todo da obra –, encaminha-se para a parte deste TCC que se ocupa de Foucault e sua arqueologia.

3 ARQUEOLOGIA FOUCAULDIANA

Para embarcar na discussão foucauldiana de discurso e de função-autor, recorremos, aqui, à execução, sintética, de um percurso teórico em panorama. Faz-se, nessa seção, “[...] uma retomada do solo acadêmico-institucional em que se formula seu pensamento ao inaugurar uma *alternativa nominalista em relação à epistemologia cesuralista francesa*” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p. 88, grifos nossos). Não se pretende esgotar, de modo algum, os intrincados movimentos da trajetória do francês, mas apontar aquilo que, para este trabalho de pesquisa, vai se mostrar fundamental.

Michel Foucault, “[...] aquele personagem magro, elegante e incisivo que nada nem ninguém fazia recuar e cuja esgrima intelectual manejava a pena como se fosse um sabre” (VEYNE, 2011, p.11), nasceu na França, na cidade de Poitiers, em 1926, e morreu em 1984 (ARAÚJO, 2008). Estudou Hegel com Jean Hyppolite (mais tarde, se doutoraria sob a supervisão de Canguillhem, fundamental em seu percurso), fez curso na *École Normale Supérieure*. Conseguiu, em 1948, sua certificação de licenciatura em filosofia pela Sorbonne. Na *École Normale*, aliás, enfrentou adversidades, com “[...] repressão entre seus colegas” (ARAÚJO, 2008, p.13). Dentre outras atividades, trabalhou no hospital psiquiátrico de Sainte-Anne, saiu de Paris diversas vezes (Suécia, Varsóvia, Hamburgo, Túnis e Califórnia), e, especialmente, em Upsala, na Suécia, suas leituras literárias abrangeram Blanchot, Bataill e René Char. Atuou, ainda, como professor de psicologia em Lille, nos anos de 1951 a 1955 (ARAÚJO, 2008).

No que diz respeito às suas publicações e pesquisas, estas são guiadas pelos três períodos foucauldianos (arqueologia, genealogia e “governamentabilidade”/ética²⁴), mas que não se traduzem em fases, uma vez que acreditamos que, assim como Veyne (1978 apud BUTTURI JUNIOR, 2008) declara, “[...] não houve evolução em Foucault”, ao menos no que se refere “[...] às múltiplas correlações entre o discursivo, o institucional e as relações de poder circulantes que sempre puderam ser vislumbradas na ‘história-genealogia’” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p. 13, grifos do autor).

Em 1961, aparece *A história da loucura*, seu primeiro livro. Nele, Foucault faz um esclarecimento, longe de enxergar as variações no tempo e no espaço e opondo-se “[...] ao

²⁴ Enfatizamos que esses três períodos serão descritos sucintamente mais adiante, dando maior destaque para arqueologia, uma vez que será essa a perspectiva utilizada nesta pesquisa, conforme será também explicado ao final desta seção.

tratamento empírico de um objeto natural dado ao conhecimento da ciência – a loucura como patologia” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p. 89), do que se problematiza como a loucura, à sua maneira *cética*. Ser cético, a propósito, é atuar duplamente (VEYNE, 2011), situando-se fora do “aquário” – os saberes e suas relações, para observar os peixes (os quais estão encerrados em verdades gerais das épocas, na metáfora de Veyne), e não se esquecendo de que também faz parte do aquário. Por isso, nessa primeira publicação, Machado (2016) explica que Foucault pensou não mais a história da psiquiatria, mas sim na positivação de uma análise que percorra *o campo do saber*²⁵. Além disso, sua articulação não foi somente com o saber médico, mas com as instâncias sociais (a família, a justiça, a igreja, a política), evidenciando “[...] como a psiquiatria, em vez de descobrir a essência da loucura e a libertar, é a radicalização de um processo de dominação do louco que começou muito antes dela e tem condições de possibilidade tanto teóricas quanto práticas” (MACHADO, 2016, p.08).

Como mais exemplificações dessa filosofia cética (VEYNE, 2011), têm-se as publicações posteriores de Foucault, em que se utiliza de outras temáticas. No ano de 1963, *O nascimento da clínica* estabelece a ruptura que a medicina moderna provoca, enquanto o livro *As palavras e as coisas*, 1966, descreve a “[...] constituição das ciências humanas a partir de uma inter-relação de saberes, do estabelecimento de uma rede conceitual que lhes cria o espaço de existência, deixando propositalmente de lado as relações entre os saberes e as estruturas econômicas” (MACHADO, 2016, p.10). Butturi Junior (2008, p.99) atribui, ao segundo desses livros, o efetivo ataque que Foucault faz “[...] à filosofia antropocêntrica, a crença no sujeito, na teleo-atividade autônoma, na possibilidade de um conhecimento cumulativo e na própria noção de objeto do conhecimento” e, com isso, destitui-se o “[...] empreendimento científico referencialista e as tentativas eidéticas da fenomenologia”. É nesse âmbito que Foucault, através do “par conceitual [...] que se insurge” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.100), o *saber* e a *episteme*, reivindica uma abordagem investigativa profunda, que questione o que não é pensado em uma cultura. “Uma *episteme*, portanto, diz respeito ao *a priori*, às condições de possibilidade de qualquer saber” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.100, grifos do autor). Ao se analisar a *episteme*, Foucault pretende colocar em xeque a objetividade da epistemologia, fazendo notar a vontade de verdade produzida em relações de saber e poder institucionalizadas, em que têm lugar os sujeitos, as tecnologias, as lutas etc.

²⁵ O saber, aqui, não é ciência e, muito menos, conhecimento, e sim tem por objetivo as *multiplicidades* (trazidas à par dessa discussão no decorrer deste texto). O saber descreve a multiplicidade com seus pontos singulares, suas funções e seus lugares (DELEUZE, 2013 [1986], p. 30).

Nos registros de *A arqueologia do saber*, de 1969, Foucault, remetendo-se a esses seus escritos iniciais, afirma seu propósito de “[...] clarificar ou aperfeiçoar os princípios formulados com base nas próprias exigências das pesquisas” (MACHADO, 2016, p.11)²⁶. Com essas três primeiras publicações, podemos marcar o chamado período arqueológico (MACHADO, 2016) nos seguintes termos: homogeneidade nas metodologias utilizadas até aquele momento; a atribuição de descontinuidades; a datação de períodos e as regras que os transformam; as inter-relações entre conceitos; a discussão dos modos como se articulam os saberes às estruturas sociais; a oposição à ideia de que existe progresso nas histórias das ciências. Discutindo a dualidade entre ciência e saber, a proposta de Foucault é romper o vínculo com aquilo que se costuma chamar de “ciência humanas” (BUTTURI JUNIOR, 2008) e aderir ao olhar arqueológico.

Com a arqueologia, aquelas disciplinas vinculadas às histórias de ideias abandonariam as “épocas” e os “séculos”, unidades tradicionais, para se aterem às interrupções (BUTTURI JUNIOR, 2008). Olham-se as “interrupções em profundidade” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.02) e suas posições diversas. Se, por um lado, a história busca delimitar conteúdos empíricos, fixando invariantes universais, por outro lado, a arqueologia se encarrega de encontrar ordens e configurações do saber e, assim, fazer, com elas, experiências críticas e análises (ARAÚJO, 2008). À medida que “Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar – história com um suave declive” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.03), histórias aparentemente organizadas, observa-se a dispersão dos enunciados. Ao contrário da unicidade sistemática vertical da história geral, descreve-se a existência de várias sistematicidades parciais e relacionais. Não se faz uma história das ideias, mas sim uma análise de um recorte do saber, buscando entender quais ideias e quais teorias surgiram de determinados espaços do saber. De maneira heurística, detalhar as práticas do que era feito e do que se dizia e explicitar o discurso é melhor, ou seja “[...] é mais fecundo (porém mais difícil para o historiador também para seus leitores) do que partir de uma ideia geral e bem conhecida, pois corre-se então o risco de limitar-se a essa ideia, sem perceber as diferenças últimas e decisivas que a reduziriam a pó” (VEYNE, 2011, p.21). “A descontinuidade só pode ser inferida, para o arqueólogo, como transformação e intraduzibilidade entre os arquivos, as condições de

²⁶ “Como se sabe, esse é o texto em que Foucault intentou uma semi-metodologia, ainda que sempre ressaltando a precariedade de seus conceitos e a mutabilidade com que os utilizou nos livros precedentes” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p. 101).

produção que determinam e limitam o que deve e pode ser dito” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.94).

Butturi Junior (2008, p. 104), reportando-se à sua leitura de Machado (1988), diz que o projeto de Foucault abandonou e negou, em uma única golpeada: o caráter teológico da epistemologia, pois “[...] a descontinuidade entre os saberes se dá ao nível do arquivo e corresponde a uma incomensurabilidade entre positivities e sua relação com os arquivos”; o caráter recorrente, “[...] pois a atualidade não engendra uma axiologia possível mas apenas um rompimento com práticas anteriores (ou mesmo contemporâneas)”; e, ainda, a noção de verdade e a relação direta entre as palavras e as coisas, pois, no entendimento foucauldiano, “[...] como discurso, as positivities e as ciências são capazes apenas de produzir verdades se relacionadas a um arquivo e a formações discursivas que limitam e circunscrevem seu empreendimento supostamente gnosiológico”. Nesse último caso, ocupando o lugar de uma busca epistemológica para os métodos das ciências humanas, a análise arqueológica se desloca para a produção de denúncias dos efeitos que os enunciados científicos produzem por serem elencados como a política da *verdade* (ARAÚJO, 2008).

Ainda, somando-se a essas negações, a arqueologia prescinde a existência de um sujeito transcendental (ARAÚJO, 2008). É nesse ponto que ocorre a aparição de uma suposta vestimenta estruturalista em Foucault, já que ele colocou em suspenso as filosofias do sujeito e sua transcendência (ARAÚJO, 2008). Contudo, seu *nominalismo* e seu suposto pertencimento ao estruturalismo podem ser colocados em perspectiva, justamente pelo papel que exerce, já na arqueologia, a política:

[...] tal caráter nominalista será problematizado via exterioridade ou, mais exatamente, pela politização das tentativas de ontologia: a categoria de discurso, formulada pela Arqueologia do saber (embora postulada pressupostamente nos escritos anteriores) exige não apenas assunção nominalista como condição metodológica anti-ontologizante como, seguindo para isso Nietzsche, inaugura uma discussão política dos modos pelos quais as categorias e os seres ganham o status de universais. (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.115)²⁷

Se, arqueologicamente, Foucault se detinha a pensar a constituição dos saberes na suas inter-relações discursivas articulados às instituições e às tecnologias, respondendo a

²⁷ Butturi Junior (2008, p.87) se aprofunda nessa discussão política presente já na arqueologia, mostrando a importância de atentar-se para os desníveis entre o que a esquerda althusseriana construiu como uma teoria do discurso (Pêcheux e seu grupo) e os conceitos que Foucault elaborou e reelaborou. Mais especificando, de maneira genealógica, “[...] os discursos da AD e de Foucault permanecerão irremediavelmente exteriores entre si, cada um pertencendo a uma diferente configuração dos saberes; essa diferença é aquela existente entre, por um lado, o althusserianismo da Teoria e, por outro, a dispersão heteróclita proposta [...] no projeto foucauldiano” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.87).

como esses saberes apareciam e como se transformavam, ao direcionar-se para a questão de *porquê* isso acontecia, dá-se abertura para o que Foucault chamará (nomenclatura proveniente de Nietzsche²⁸) de *análise genealógica* (MACHADO, 2016). Na chamada genealogia, pretende-se explicar a existência e as transformações dos saberes “[...] situando-os como peça de relações de *poder* ou incluindo-os em um dispositivo político” (MACHADO, 2016, p.11-12). Conforme ressalta Butturi Junior (2008, p. 106), distante de ser uma “[...] cisão (quase) radical entre uma arqueologia do saber e uma genealogia do poder”, conforme algumas leituras constantes acerca da conjuntura de sua obra, Foucault propunha mergulhar “[...] em métodos relacionados a um mesmo objetivo” vinculados à prática filosófica francesa. Da positividade disso, Butturi Junior (2008, p.107) coloca que “[...] a arqueologia desenvolveu-se em genealogia numa estratégia determinada no interior do arquivo francês”. Haveria, pois, uma circunscrição arqueogenealógica que seria resultado de uma constitutividade, esta que é “[...] emersa do arquivo e pertencente ao arquivo, como aquilo que uma época permite e incita dizer”. Por isso, acreditamos que a abordagem genealógica não é uma substituição da arqueológica, mas que, justamente por sua filosofia crítica do sujeito, ambas se fundem (ARAÚJO, 2008).

Apesar de Machado (2016, p.12) estipular tudo isso como uma “mutação”, apropriamo-nos de sua explicação para colocar que *Vigiar e punir*, 1975, e *A vontade de saber* (primeiro dos volumes de *História da Sexualidade*), de 1976, foram os livros iniciais de Foucault para a discussão de que o poder é o instrumento responsável pela produção de saberes. Enquanto que o primeiro discute sobre o poder disciplinar, o segundo introduz as metodologias do estudo do poder e do biopoder para o estudo do dispositivo da sexualidade. É aqui que Machado (2016) explica também ter havido um deslocamento na ideia de poder vinculado ao Estado. No caso, “[...] através de pesquisas precisas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo da sexualidade, Foucault [...] viu delinear-se claramente uma sinonímia entre Estado e poder” (MACHADO, 2016, p. 13, grifos nossos). É claro que, revendo as obras anteriores de Foucault por essa perspectiva, questiona-se a já possibilidade de seu direcionamento para a políticas de saberes específicos (a medicina e a psiquiatria) que, não se relacionando diretamente com o aparelho central do

²⁸ Na genealogia, “A inspiração é Nietzsche, com sua recusa a olhar a história como tendo uma origem e um fim, os acontecimentos como dotados de um ‘sentido histórico’, que dizer, leis a dar inteligibilidade à história múltipla. Há na história a necessidade de dizer o ocorrido, visto em sua exterioridade e acidentalidade. Não há um em si profundo, mas a superfície. A genealogia ouve a história e não a metafísica, recusa a essência, pois o que há é um jogo de forças e dentre elas está a própria verdade” (ARAÚJO, 2008, p.100).

poder que é o Estado, articulavam com poderes locais e circunscritos a uma área específica, no caso a instituição (MACHADO, 2016).

Na genealogia, Foucault questiona e interroga a positividade dos saberes em suas exterioridades, no caso as relações necessárias e diretas do poder com as estratégias micro e macrofísicas²⁹ pelas quais ele é exercido (BUTTURI JUNIOR, 2008). Além dessa positividade que é intrínseca ao poder (poder-saber), este não se circunscreve àqueles, já trazidos aqui nas palavras de Machado (2016), mecanismos de “[...] repressão estatal negativa, pois procede de relações capilares sempre em circulação” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.114). Focalizando-se em encontrar estratégias para exercer as dominações, para Foucault, “[...] o poder é a rede na qual aos aparelhos de controle estatais corresponderá sempre um nível de autonomia da periferia” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.114). O poder, para o autor, é positivo e criativo.

Em seus cursos ministrados no *Collège de France*, de 1970 a 1982, os quais ainda não foram publicados em sua totalidade, as discussões sobre poder aparecem desde sua aula inaugural, de 02 de dezembro de 1970, *A ordem do discurso*, até outras aulas como, *Do governo dos vivos*, de 1980, e *A hermenêutica do sujeito*, de 1982. A incorporação do conceito de “governamentabilidade” ao poder se restringiu aos seus cursos, não sendo, pois, objeto de exclusiva publicação a esse respeito (GALLO, 2011), ainda que Foucault tenha se voltado à ética nos dois últimos volumes da *História da Sexualidade*. Nessa última etapa de seus trabalhos, Foucault, levando a campo as *análises éticas* e a *problematização das formas de governo*, o francês passa a investigar e explorar “[...] o governo do eu por si mesmo, no contexto das modalidades mais amplas de governo” (GALLO, 2011, p.372). A centralidade dada aqui, sob uma perspectiva ética como estética existencial, é tanto para o cuidado de si quanto para a *parresia* (ou o dizer verdadeiro), o que revela que as questões éticas perpassam as questões políticas (ao mesmo tempo em que estão perpassadas por estas), não havendo possibilidade de serem dissociadas (GALLO, 2011). “Ou, para dizer em outros termos, as relações consigo mesmo não podem ser dissociadas das relações de poder, nas dobras do dentro e do fora do pensamento” (GALLO, 2011, p.372), pois o governo de si mesmo não é

²⁹ Aqui, aliás, lembra-se do livro *Microfísica do poder*, de 1976, que também fez parte da genealogia. Cabe colocar uma breve explicação de Butturi Junior (2008), sobre o capítulo *Soberania e disciplina* desse livro de Foucault, fazendo menção à uma reelaboração das cinco “precauções metodológicas” em relação ao poder “[...] que incidem sobre a genealogia: captar o poder em suas ramificações, na capilaridade que foge das leis e das instituições, penetrando-as transversalmente; estudar as estratégias do poder investidas em práticas reais e efetivas em sua relação com sujeitos e objetos; analisar o poder como algo não localizável, que funciona e se exerce em rede; partir de uma análise infinitesimal, cujo produto é a descrença na dominação global e, por conseguinte, atentar para a possibilidade de mecanismos microscópios existirem e proliferarem; levar em consideração a existência de acumulações do saber na forma de instituições” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.114).

feito em isolamento, mas sim relacionado aos outros, nas relações com os outros a partir do advento da governamentalização do Estado (conforme o curso *Em Defesa da Sociedade*).

Feito esse panorama – breve e bastante geral –, volta-se para o objeto deste TCC. Dessa maneira, atemo-nos, tão somente, ao olhar estritamente arqueológico, que não trabalha com definições de pensamentos, de imagens, de representações, de temas, ou de obsessões ocultas, mas sim o próprio discurso (FOUCAULT, 2016 [1969]). Arqueologicamente, Foucault (2016 [1969], p.161, grifos nossos) propõe entender as práticas discursivas, especificadas no elemento do arquivo, este que não quer encontrar nenhum começo ou não está associado a alguma exploração geológica, e sim faz designação ao “[...] tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência: da *função enunciativa* que exerce, da *formação discursiva* a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte”. Por isso, para o entendimento de discurso e de autoria, direcionamos nossas leituras ao texto, já introduzido, *Arqueologia do saber* e à conferência *O que é um autor?*, ambos de 1969, sob a companhia – de quando em quando – de comentários de pesquisadores e de teóricos.

3.1 ENUNCIADO, DISCURSO E FORMAÇÃO DISCURSIVA EM FOUCAULT

Seguindo-se o projeto de transformar “documentos” em “monumentos” (FOUCAULT, 2016 [1969]), rompendo com a história tradicional (justificada antropologicamente) – que se remete totalmente aos documentos, que se organiza por acúmulos de verdades e por dissipações das irrupções dos acontecimentos –, os novos saberes (históricos ou arqueológicos), através de uma nova posição sobre o documento, têm a tarefa primordial não de encontrar inícios e fins nem mesmo valores expressivos, mas sim de investigar os documentos enquanto monumentos. A elas cabe a definição, nesse mesmo tecido documental, de unidades, de conjuntos, de relações, de séries, não tradicionais, desdobrando “[...] uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.08).

É nesse âmbito que a arqueologia, suspendendo as unidades existentes (livros, textos, obra, autor, regulamentos, costumes...³⁰), passa a pensar a noção de descontinuidade e quais as condições que formaram essas unidades. O domínio da arqueologia, por isso, é

³⁰ Araújo (2008, p. 59) acentua que, para chegar aos enunciados, há de se fazer suspensões, não aceitando “[...] sem exame crítico as noções de tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade, pois elas pressupõem uma consciência coletiva e uma causalidade a tecer continuamente a história. [...] Quando se referir a livro e obra, nunca tratá-los como valendo por si mesmos ou isolados de um referencial”.

imenso, mas Foucault (2016 [1969], p.32) diz que sua definição é possível, e ele é “[...] constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (que tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um”. Em suas palavras,

Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de *uma descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca de unidades que aí se formam (FOUCAULT, 2016 [1969], p.32, grifos do autor)

Assim, em sua positividade, descrever acontecimentos discursivos é partir de uma unidade fundamental, sendo esta, para a arqueologia, o *enunciado*. “O novo arquivista anuncia que só vai se ocupar dos enunciados” (DELEUZE, 2013 [1986], p.13). Se, de todo modo, arqueologicamente, o enunciado é unidade elementar do discurso, cabe-nos, aqui, reavivá-lo. Para isso, sob a função de um arqueólogo, interrogando-se as regras de formação dos enunciados, no capítulo III (*O enunciado e o arquivo*), de *Arqueologia do Saber*, Foucault (2016 [1969], p.96) conduz seus dizeres de acordo com a tarefa de que se dispôs a fazer que é “[...] ver se é mesmo do enunciado que se trata na análise das formações discursivas”. Não sendo idêntica a uma frase gramatical e, menos ainda, a uma proposição lógica, essa unidade discursiva é uma “função de existência” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.105). A singularidade dessa função é seu exercício de verticalidade, “[...] que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.105).

Antes mesmo de embarcar na condição de raridade do enunciado, Foucault (2016 [1969]) afirma que não se pode confundir um enunciado – “[...] ao gosto estruturalista, a definição aqui é antes de tudo negativa” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.109): com uma *proposição lógica*, já que, no nível do discurso, diferentemente dela, não cabe a distinção/separação entre falso e verdadeiro; com uma *frase gramatical*, uma vez que, mesmo tendo uma equivalência entre ambos (mas que não é total), um enunciado não necessariamente e nem sempre se subordina à estruturação gramatical – por exemplo, um gráfico ou uma fórmula algébrica têm suas regras, contudo estão além de regras e estruturas sintático-semânticas; e, ainda, com um *ato de formulação* (ou *speech act* - ato de fala), pois, além de, frequentemente, ser preciso diversos enunciados para um ato de fala, este possui um valor (ilocucional ou perlocucional) pragmático, partindo de um sujeito com uma intenção (seja de ordem, de promessa, de decreto, de contrato, de compromisso, seja de constatação).

Em todas essas abordagens descritivas, ao enunciado dá-se a atribuição apenas de um elemento residual, simplório e materialmente não pertinente; por isso mesmo, é como se ele recusasse qualquer tipo de descrição, à medida que

[...] encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que aos *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos [...] (FOUCAULT, 2016 [1969], p.101).

Essa função existente a partir dos domínios da gramaticalidade, da lógica e dos atos de fala (de que será condição) também se dá pelo fato de o enunciado ser atual. Em outras palavras, torna-se inútil tentar encontrar o enunciado atrelado aos agrupamentos unitários de signos, pois ele “[...] não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que *existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem*” (FOUCAULT, 2016 [1969], p. 106, grifos nossos). Diferentemente dessas unidades, o modo singular de existência dos enunciados, sua função enunciativa, apresenta quatro “traços gerais” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.109): a complexidade, o domínio associado, a posição do sujeito e a existência material (ou campo de estabilização).

O primeiro desses traços, a *complexidade*, sinaliza para a não identificação da relação que o enunciado mantém com o que ele enuncia com um conjunto de regras de utilização (FOUCAULT, 2016 [1969]), precedendo as relações: de um nome com sua designação e significação; de uma proposição com seu referente; ou, ainda, de uma frase com seu sentido. Um enunciado não possui como *correlato* tanto um indivíduo quanto um objeto singular (designado por palavra ou frase), mas sim um “[...] conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.110). Seria essa uma ligação referencial, que não se constitui por coisas, por realidades, por fatos ou por seres, assim como as outras unidades, mas sim “[...] de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados, descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.110). Nesse aspecto, a relação do enunciado com o que ele enuncia “[...] é antes a lei de possibilidade de descrição e semiose dos objetos, o espaço de diferenciação que é o solo de toda gramática, semântica ou lógica” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.110).

Mais um traço que distingue o enunciado de uma frase e de uma proposição é que a função enunciativa é exercida somente sob a existência de um *domínio associado*. Isso revela que o enunciado é mais que um agregado de signos que necessita de um suporte material – “superfície de inscrição, substância sonora, matéria moldável, incisão vazia de traços” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.116) – para existir. Ou seja, divergentemente de uma frase e de uma proposição, que mesmo ambas estando desligadas de um contexto natural, mesmo libertadas de outros elementos externos, continuam a ser sempre frases e proposições, a função enunciativa necessita estar relacionada a um “campo adjacente” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.118). Por isso, não basta dizer uma frase, ou dizê-la associada a um campo de objetos ou a uma relação determinada com o sujeito para que exista um enunciado, uma vez que um enunciado está sempre, em suas margens, acompanhado de outros enunciados. Contudo, essas margens não podem ser traduzidas como contextos (reais ou verbais), muito menos como o envolvimento psicológico do sujeito (nesse ponto, o francês explica que a presença dos enunciados na consciência do sujeito não será a mesma). Seria, então, o campo associado constituído: (i) de uma série de formulações dentre as quais estaria o enunciado inscrito, este formando um elemento, “[...] um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração – limitada de um lado por suas premissas, do outro, por sua conclusão – a sequência das afirmações que constituem uma narração” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.119); (ii) de um conjunto de formulações aos quais o enunciado faz referência, de modo implícito ou não, seja para reafirmá-las, aceitá-las, negá-las, seja para modificá-las, enfim, ele é ligado a uma memória; (iii) de formulações ulteriores possibilitadas pelo enunciado, as quais podem despontar depois dele de maneira consequente, ou natural ou réplica, já que “[...] uma ordem não abre as mesmas possibilidades enunciativas que as proposições de uma axiomática ou o início de uma narração” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.120); (iv) de um conjunto de formulações “[...] cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.120, grifo do autor), este que, não sendo uma projeção direta do campo da linguagem, possui um lugar e um *status* no campo enunciativo que representa suas ligações/relações com o passado e abre possibilidades para o futuro, e, por isso, um enunciado não é geral, neutro e, muito menos, independente (sempre fazendo parte de uma série e de um conjunto, desempenhando uma função em meio a outros, apoiando-se neles mas distinguindo-se deles).

Deleuze (2013 [1986]) coloca que, dentre três fatias de espaços a serem consideradas em torno do enunciado, essa, do campo associado, seria uma: referindo-a, também, como “espaço colateral” ou “adjacente”, que é formado por outros enunciados e que

suas regras de formação não se reduzem a axiomas (como é visto nas proposições) e, nem mesmo, a contextos (como se verifica nas frases), e sim que são inerentes ao próprio enunciado, uma vez que ele não é lateral e nem vertical, ele atua transversalmente. O que forma os enunciados são as regras de passagem e de variação, que fazem dele um meio de dispersão e de heterogeneidade, o que os revelam múltiplos: uma multiplicidade que é *rara*³¹ e não se limita a uma estrutura ou a um sistema. “Topologia dos enunciados, que se opõe à tipologia das proposições e à dialética das frases” (DELEUZE, 2013 [1986], p.18).

Posteriormente, o sujeito do enunciado não se reduz a elementos gramaticais (subjatividade linguística), conforme o sujeito do interior de uma frase, e não se equivale a um autor³²/elemento emissor que profere os signos, pois ele é, não obstante, uma função: intrinsecamente uma função vazia, aliás. Essa função se configura em uma desocupação fixa de sujeito, já que “[...] um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.113). Verificando-se o segundo traço da função enunciativa (a *posição do sujeito*), a importância aqui, para descrever uma formulação enquanto enunciado, não é atentar para uma análise do que autor quis ou não dizer, e sim “[...] determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.116).

Deleuze (2013 [1986]) coloca que, sendo mais uma das fatias de espaços, no “espaço correlativo”, trata-se não da relação de enunciado com outros enunciados (como no espaço associado), mas sim de sua relação com os sujeitos, seus objetos e seus conceitos. Por isso, distinguindo-se das frases, das palavras e das proposições, os enunciados englobam as funções de sujeito, de objeto e de conceito. Para exemplificar: enquanto que, como já exposto, a frase remete-se, de forma única, a um sujeito, o enunciado faz remissão às posições do sujeito que são intrínsecas e variáveis ao próprio enunciado, no caso, a função derivada; enquanto que proposição contém um referente ou uma intencionalidade, o enunciado tem um objeto discursivo³³ que, derivando do próprio enunciado, não consiste em um estado das coisas, é um “[...] objeto derivado que se define precisamente no limite das linhas de variação do enunciado como função primitiva” (DELEUZE, 2013 [1986], p.19); e, enquanto que uma palavra tem um conceito como significado (variável extrínseca que se refere aos seus

³¹ Raridade – conceito discutido mais à frente.

³² Dar-se-á, neste TCC, maior atenção a esse termo, para Foucault, na próxima seção (3.2).

³³ “Os enunciados de Foucault são como sonhos: cada um tem um objeto próprio ou se cerca de um mundo” (DELEUZE, 2013 [1986], p.20).

significantes – constantes intrínsecas), o enunciado possui “esquemas” discursivos que são próprios dele, através do entrecruzar de sistemas heterogêneos pelos quais ele percorre como uma função primitiva – como exemplo, colocam-se os sintomas médicos que tanto numa época quanto em outra ou em uma formação discursiva revelam distinções variáveis.

Além desses, há mais um traço que é necessário ao enunciado, que é sua “[...] capacidade de estabilização, que o diferencia do puro acontecimento da enunciação” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p. 110), sendo essa capacidade garantida pela *materialidade do enunciado*, pelo seu lugar de repetibilidade e por sua equivalência. “Sem dúvida, não é uma materialidade sensível, qualitativa, apresentada sob a forma da cor, do som ou da solidez e esquadrihada pela mesma demarcação espaço-temporal que o espaço perceptivo” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.124). É sim uma materialidade de regime institucional complexo ao qual os enunciados obedecem, que está para além de uma ordem de localização espaço-temporal, e que possibilita a reinscrição e a repetição (ambas limitadas e condicionadas) do enunciado. Essa materialidade não se limita ao princípio de variação, de alteração dos critérios de reconhecimento ou de definir subconjuntos linguísticos, “[...] não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.141). Nesse âmbito, o enunciado pode ser repetido, apesar de sua materialidade, a qual “[...] não é definida pelo espaço ocupado ou pela data de formulação, mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.125)³⁴.

Como exemplo, Foucault (2016 [1969]) afirma que, mesmo que se repitam e que se mantenham os mesmos caracteres e as mesmas escritas de uma Constituição (tenham *repetibilidade material*), de um testamento ou de uma revelação religiosa em diversas impressões ou em outros manuscritos, não é lícito dizer que existe equivalência, pois os enunciados se mantêm, mas estão reinscritos – e não podem ser considerados, assim, como idênticos (GREGOLIN, 2004a, p.31). Isso realça que um enunciado “[...] não se identifica como fragmento de matéria, mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.125). Diante de regras de utilização e de emprego, ou seja, um *campo de estabilização*, o enunciado se mantém, à medida que é repetido, mas sua identidade oscila de acordo com o seu uso e sua manipulação. “Assim, o

³⁴ Nesse trecho do livro, Foucault (2016 [1969]), especificamente nas páginas 123 e 124, utiliza o termo “enunciação” que, mesmo que não condiga com a teoria da enunciação, ele não é detalhado, pelo autor, e não se expõe a sua diferença de maneira clara.

enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.128). E, ao mesmo tempo, “[...] institui-se o *campo de utilização*, que permite a sua constância, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações” (GREGOLIN, 2004a, p. 31, grifos da autora).

Deleuze (2013 [1986], p.21) deu a esse traço (a materialidade) a importância de ser uma terceira fatia de espaço que envolve o enunciado, revelando-o como “espaço complementar” ou espaço de “formações não-discursivas”, que seriam as instituições, os acontecimentos da política, ou, ainda, os processos e as práticas da economia. Ele salienta que as condições estritas da repetição do enunciado não se dão na exterioridade³⁵, mas sim da materialidade interna dele. A definição do enunciado está associada a uma “outra coisa” que é de mesmo nível que ele (não sendo seu sentido ou seus elementos). É relevante anotar, ainda, que, nesse ponto, Deleuze (2013 [1986]) faz um apontamento de que essas singularidades que o enunciado supõe são um problema para Foucault, pois ultrapassam os limites do saber e, por isso mesmo, não são discutidas na *Arqueologia do Saber* (mas em publicações posteriores). O apontamento dele é que estaria presente, na arqueologia, uma teoria do poder, tratando-se de um novo domínio combinado com o saber. É como o exemplo de signos quaisquer digitados em uma máquina de escrever, o caso A-Z-E-R-T, que “[...] é um enunciado da ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.104), que, esses signos, Deleuze (2013 [1986], p. 23-24) diz, são enunciados, mas que, no próprio teclado, não são. No teclado, “[...] é um conjunto de focos de poder; um conjunto de relações de força entre as letras do alfabeto da língua francesa, segundo suas frequências, e os dedos das mãos, segundo suas aberturas”.

É possível perceber que a análise dos enunciados não é uma descrição total ou exaustiva da linguagem (FOUCAULT, 2016 [1969]). Corresponde, aliás, a uma descrição de outro nível que não o de caracterizar ou de isolar horizontalmente um segmento. Descreve-se, pois, um enunciado pela definição das condições “[...] nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica” (FOUCAULT, 2016 [1969], p. 132). Foucault é contrário a uma definição que tenta “[...] contornar as *performances* verbais para descobrir,

³⁵ *Exterioridade* – mencionada mais à frente.

atrás delas, ou sob sua superfície aparente, um elemento oculto, um sentido secreto que nelas se esconde, ou que através delas aparece sem dizê-lo” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.133).

O que se vê é uma tentativa de rompimento com a teoria da ideologia e seu potencial de desocultamento do real. Dessa perspectiva, ao mesmo tempo em que o enunciado é não visível (não pode ser restringido a estruturas gramaticais ou lógicas), ele é também não oculto, pois a análise enunciativa faz referência somente a coisas que foram ditas³⁶, pronunciadas e escritas, ou seja, descreve aquilo que está no nível de sua existência. Assim, contrariamente às estruturas significantes da linguagem que se remetem a outras coisas (o objeto é designado, busca-se um sentido, toma-se o sujeito como referência) – as quais Foucault (2016 [1969], p.136) diz serem longínquas, ausentes, distantes –, a descrição dos enunciados precisa considerar justamente a existência, “[...] interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz”. Isso significa em pensar a dimensão da prática e do acontecimento, cuja irrupção coloca em suspenso sua estrutura e exige que se relacione o enunciado às disputas de poder.

Foucault (2016 [1969], p.152-153, grifos nossos) esclarece nesses termos seu trabalho de descrição:

Descrever um conjunto de enunciados, **não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada**; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma *positividade*.

Por isso, com a descrição dos enunciados, Foucault (2016 [1969]) não tentou fundar uma teoria, e sim procurou abrir e preparar uma possibilidade, mostrando que “[...] as dimensões próprias do enunciado é que estão utilizadas na demarcação das *formações discursivas*” (FOUCAULT, 2016 [1969], p. 140, grifos nossos). Nesse aspecto, descrever os

³⁶ Butturi Junior (2008, p. 112) aponta que, conforme Deleuze (2013 [1986]), esse seria “[...] o segundo modo da filosofia não-ontológica de MF, está inscrita na problemática relação entre os regimes de visibilidade e de dizibilidade que percorre todo o trajeto arqueogenealógico”. Como exemplos, coloca: “Haveria, então, na História da loucura, um espaço de visibilidade da loucura – o asilo, a percepção pública – e seus enunciados (não) respectivos – a medicina, a lei, a psiquiatria. Haveria, também em O nascimento da clínica, um visível no olhar clínico, e um enunciável na forma de ciência médica, de decretos, dos temas de finitude na literatura romântica. Haveria, da mesma maneira, a ironia de As palavras e as coisas e a constituição de um enunciável – o discurso antropológico – a partir de um visível – o homem que trabalha, que fala e que vive, o finito. Haveria, em Vigiar e punir, a prisão visível e os enunciados acerca da delinquência. Haveria, nas Histórias da sexualidade, as práticas sexuais e o discurso obsedante de enunciação de sua verdade”. (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.112).

enunciados e analisar a função enunciativa da qual são portadores, além de verificar as condições em que ela se exerce, os domínios que ela pressupõe e como elas se articulam, é “tentar revelar o que se poderá individualizar como formação discursiva” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.142), ou como conjunto de *performances* verbais do nível dos enunciados. Para a análise delas, passa-se por quatro direções que condizem com os quatro domínios em que é exercida a função enunciativa. Butturi Junior (2008, p.143) detalha essas “[...] quatro formas construcionistas dos regimes de objetificação” (2016 [1969]), colocando que: nas regras de formação dos objetos, há a constituição dos objetos do saber; na formação das modalidades enunciativas, há a constituição dos sujeitos do saber; na formação dos conceitos, há a constituição da organização formal do saber; e, na formação das estratégias de tomada do poder no campo dos saberes, há a constituição do discurso como luta. Após essas ponderações, pode-se definir um projeto:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (FOUCAULT, 2016 [1969], p.47, grifos do autor)

As formações discursivas, portando, não pretendem fazer análise “eidética” ou “hermenêutica” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.147), “[...] mas deslindar o conjunto das relações tanto entre os elementos intradiscursivos quanto os exteriores ao discursivo”. São postas em esclarecimento as instâncias do enunciável e do visível, não havendo, pois, “[...] o pensamento e depois o discurso, nem o sujeito que fala o discurso, nem o objeto que o discurso percorre semioticamente” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.147), já que é, no “plano do discurso” (FOUCAULT, 2016 [1969]), que tudo acontece.

Contrariamente a uma análise que é totalizante e pletora, a análise dos enunciados e as formações discursivas buscam estabelecer: uma *lei de raridade*, que estuda o enunciado no limite que o separa do que não é dito e que o liberta de um estudo pela historicidade (que se vale do psicológico e do sociológico, das mentalidades, da teleologia e da histórico transcendental). Em vista disso que Foucault (2016 [1969], p. 148-149, grifos nossos)

utiliza-se de uma análise que visa “[...] restituir os enunciados à sua pura *dispersão*; [...] para considerá-los em sua *descontinuidade*, [...] para apreender sua própria *irrupção* no lugar e no momento em que se produziram; para reencontrar sua incidência de acontecimento”. Seu interesse, pois bem, está no estudo da *exterioridade*: uma vizinha aberta onde o enunciado se reparte e se relaciona com outros acontecimentos enunciativos. Gregolin (2004a, p.37) menciona que isso conduz a algumas consequências teóricas: primeiro que, no campo dos enunciados, ocorrem os acontecimentos, as regularidades e os relacionamentos; segundo que, não tomando o sujeito individual e nem a mentalidade coletiva como referências, o domínio do enunciado refere-se a um campo anônimo; e terceiro que as séries não obedecem ao tempo da consciência, ou seja, o tempo cronológico. Com essas ponderações, tanto a raridade quanto a exterioridade evidenciam que a análise do enunciado não se situa no nível do *cogito* (do pensamento), mas nas relações das coisas ditas.

Por isso, as regularidades do enunciado são definidas pela própria formação discursiva (não sendo paradoxal), uma vez que esta é caracterizada por princípios de dispersão e, para os enunciados, ela é “[...] não uma condição de possibilidade, mas uma *lei de coexistência*” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.143, grifos nossos). E, em troca, os enunciados, ao contrário de serem intercambiáveis, são conjuntos de existência.

Com um olhar na dispersão, que faz o trajeto entre o enunciado e a formação discursiva (como lei de coexistência), o arqueólogo poderá colocar em prática sua positividade em relação ao *discurso*³⁷. “Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de *performances* verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade de que as caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.153, grifo do autor). Nomeiam-se discursos os conjuntos de enunciados que se apoiem na formação discursiva³⁸ (FOUCAULT, 2016 [1969]), os quais também obedecem à mesma lei de coexistência. O discurso é, além de ser constituído por um número limitado de enunciados, “[...] múltiplo como acontecimento e reiterável como materialidade estabilizável; disperso na complexidade do feixe de objetos, enunciações, conceitos e estratégias de que é constitutivo” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p.147); e é, “[...] de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e

³⁷ Em suas obras anteriores, Foucault usou o conceito de discurso de maneira “[...] flutuante, polissêmica, entendendo-o ora como domínio geral de todos os enunciados; ora como grupo individualizável de enunciados; ora como prática regulamentada de um certo número de enunciados” (GREGOLIN, 2004a, p. 35-36).

³⁸ Gregolin (2004a, p.33) coloca que se alicerçam a mesmos *sistemas de formação*, como, por exemplo, discurso clínico, econômico, da história natural.

não de seu surgimento ab-rupto em meio às complicitades do tempo” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.142).

Nesse mesmo regime, Foucault (2016 [1969], p.143) desenrola a *prática discursiva* como um conjunto, também, de “[...] regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada e para uma determinada área social, econômica, geográfica, ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. A prática não pode ser confundida, aliás, com expressões individuais, como, por exemplo, o desejo ou a formação de ideias e de imagens.

Assim, sob esse olhar do arqueólogo que persegue as séries, que perpassa os níveis, que ultrapassa limiares, que não se contenta com desfechos de fenômenos segundo dimensões horizontais e verticais, mas que busca uma dimensão diagonal ou transversal (DELEUZE, 2013 [1986]), dá-se seguimento, neste trabalho, àquela unidade que, na *Arqueologia do Saber*, foi colocada sob suspensão, mas que foi pouco esquissada: o autor.

3.2 FUNÇÃO AUTOR EM FOUCAULT

Após ser tema de conferência (feita na Sociedade Francesa de Psicanálise), o texto *O que é um autor?* é onde Foucault (1992 [1969]) debruça-se a essa problemática da relação entre texto e a figura que lhe é exterior e anterior: o autor. Para tanto, o francês averigua a escrita: segundo uma libertação do tema da expressão subjetiva, em que o texto não passa de um jogo ordenado de signos, anterior a um significante; e segundo uma admissão do existente “parentesco da escrita com a morte” (FOUCAULT, 1992 [1969], p.35), em que, contrariamente à escrita antiga que perpetuava a imortalidade (seja dos heróis gregos, seja nas narrativas árabes), passa-se a sacrificar e apagar o sujeito que se põe a existir enquanto escritor. Aliás, tudo isso é proveniente de resquícios da teoria moderna, que realça a *morte do autor* e, além de retomar Barthes (em 1968), “[...] para quem a figura do autor é a marca da escritura moderna, que lhe pede uma identidade e uma confissão de legitimidade sobre o texto” (BUTTURI JUNIOR, 2016, p.514), resgata Mallarmé, Flaubert, Proust e Brecht.

É com a singularidade de apagamento dado ao escritor, pois este afasta-se do que escreve e suas individualidades são anuladas e apagadas, que se dispensa fazer referência a ele e atribui-se à escrita o caráter de ausência. Butturi Junior (2016) evidencia, então, que propor uma função autor está para além de afirmar (sob uma vacuidade) que o autor desapareceu,

mas sim que se recupera o jogo de forças (táticas e estratégicas) dessa função no nível dos discursos.

A começar pelo problema de que o nome próprio e o nome do autor, além de situarem-se em polos descritivos e designativos, possuem uma ligação específica que garante autenticação, homogeneidade e que encadeia coerentemente um conjunto de uma obra (BUTTURI JUNIOR, 2016), é o nome que dá estatuto ao discurso. Assim, não sendo o nome do autor simplesmente uma parte ou um elemento do discurso, ele exerce um papel nos discursos, os quais não são meramente quotidianos, passageiros, indiferentes ou flutuantes (FOUCAULT, 1992 [1969]). O nome do autor, portanto, não transita como um nome próprio e o estado civil do homem referente em uma realidade, mas “[...] manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura” (FOUCAULT, 1992 [1969], p.46). Por isso, a função autor singulariza-se pela maneira como existe, como circula e como funciona em alguns discursos no interior de uma sociedade. São reconhecidas nela quatro características diferenciais: a forma de propriedade dos textos, o que é proveniente da punição dada ao autor por ser transgressor; o apagamento da função autor nas ciências, servindo somente para demarcar teoremas, síndromes patológicas e outras descobertas, mas a exigência de seu funcionamento nos discursos literários; atribuição da autoria ao indivíduo dá-lhe um poder criador, uma instância de profundidade; e, ainda, produção da garantia, ao signos que o remetem, em forma de pronomes e de “um material inerte” (FOUCAULT, 1992 [1969], p.54), apontando-o para o exterior. Em suas palavras (1992 [1969], p.56-57, grifo do autor), Foucault resume essas quatro particularidades:

[...] a função autor está ligada aos sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’ em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos diferentes podem ocupar [...]

Lembrando que todo discurso reserva uma posição ao sujeito, e que este precisa qualificar-se para ocupar-se dela, o autor seria uma das especificações possíveis da função sujeito (FOUCAULT, 1992 [1969], p.70). Com o desaparecimento do autor, descobre-se o jogo dessa função autor. Não houve uma redução do autor a uma função, mas sim que Foucault (1992 [1969]) analisa a função em que, em seu interior, qualquer coisa, assim como o autor, pode existir.

Ao fim dessa brevidade ao se tratar da função autor, para dar início à aventura desta pesquisa (a possibilidade de avizinhar conceitos – discurso e autoria – bakhtinianos e foucauldianos), abrimos os portões com um questionamento, à Foucault: *No limite, a precípua familiaridade que se pode pousar sobre dois não seria suas funções de autores?*

4 AUTORIA E DISCURSO: APROXIMAÇÕES ENTRE FOUCAULT E BAKHTIN

Recolhendo esses filetes de suas produções, promove-se, neste capítulo, o início (já que é uma tarefa, em sua descontinuidade e imensidão, que demanda muitos outros trabalhos) da construção de relações e de tensionamentos possíveis entre os conceitos de discurso e de autoria de Bakhtin (com seu Círculo) e de Foucault – “Escansões, defasagens, coincidências: tais são, segundo Foucault, os entornos da história agindo sobre o desenvolvimento das teorias” (GREGOLIN, 2016, p.33). Essa aproximação de ideias é proveniente do espaço que ambos ganharam no campo vasto dos estudos do discurso e de como pensam linguagem e poder, ou como se marcam na Linguística Aplicada e em diversas pesquisas sobre a linguagem, a história, os sujeitos e as relações de poder e de resistência. Não nos pretenderemos exaustivos, dada a exiguidade de tempo e as funções deste trabalho de pesquisa. Interessa-nos, no entanto, promover discussões a serem maturadas, futuramente.

4.1 DOIS AUTORES E UMA FUNÇÃO

Em primeira instância, podemos fazer uma aproximação entre esses dois autores no sentido de que sofreram limitações de sentidos de seus dizeres, conforme sublinham seus pesquisadores. Se, por um lado, Bakhtin (FARACO et al., 2007, p.10) foi estampado desde um ambíguo teórico cultural, um neokantiano, um materialista brilhante, até um humanista; por outro lado, Foucault (ARAÚJO, 2008) foi, muitas vezes, entendido como um estruturalista formal, pós-estruturalista, relativista, histórico ou, ainda, niilista. Talvez seriam dizeres de pessoas rancorosas que viam o francês como

[...] um novo representante de uma tecnologia, de uma tecnologia estrutural. Outros, que tomam sua própria estupidez por inteligência, dizem que é um epígono de Hitler, ou, pelo menos, que ele agride os direitos do homem (não lhe perdoam o fato de ter anunciado a ‘morte do homem’). Outros dizem que é um farsante que não consegue apoiar-se em nenhum texto sagrado e que mal cita os grandes filósofos. Outros, ao contrário, dizem que algo de novo, de profundamente novo, nasceu na filosofia, e que esta obra tem a beleza daquilo que ela mesma recusa: uma manhã de festa. (DELEUZE, 2013[1986], p.13, grifos do autor).

Este e aquele estão sob a velha lenda que nutre as imaginações ocidentais, a *utopia*³⁹ (FOUCAULT, 2013 [1966]), que os maquia, que os encobre com máscara e que os tatua, depositando em seus corpos toda a *linguagem* cifrada, enigmática e secreta, alimentando a potência surda do sagrado. “É nessa cidade de utopia dos mortos, [...] que [...] corpo torna-se sólido como uma coisa, eterno como um deus” (FOUCAULT, 2013 [1966], p.09).

Como afirmava Veyne (2011, p.24, grifo do autor), normalmente, pensamos “[...] por clichês, por generalidades, e é por isso que os discursos permanecem ‘inconscientes’ para nós, escapam ao nosso olhar”. Com essas etiquetas, reduzem-se seus debates e seus pensamentos a um “[...] punhado de conceitos” (GREGOLIN, 2016, p.34), como, por exemplo, *dialogismo* para um e *poder* para o outro, limitando suas ideias, desvinculando-os das singularidades dos acontecimentos em que se produziram e finalizando-os de forma monótona e funcionalista. São exemplos, estes, de “[...] desvios que reduzem e deformam seu[s] percursos” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.21).

“As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um *dizer verdadeiro*, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde” (VEYNE, 2011, p. 25, grifos do autor). Foucault foi, assim, um pensador *cético*, justamente por concordar com a existência de verdades dos fatos e nunca de verdades de “ideias gerais” (VEYNE, 2011, p.09). Talvez, por isso, Foucault (2016 [1969], p.166) se considere um “historiador das ideias”, pois a arqueologia de Foucault desontologiza (BUTTURI JUNIOR, 2008) as ideias e os fechamentos, contrariamente àquela linguagem que se apoia na configuração surda da *episteme*, indo ao encontro da multiplicidade. Em suas palavras, tudo isso não se caracteriza como uma crítica, “[...] mas sim de definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças”, o que faz reduzir ao silêncio o que foi dito e o propósito torna-se vão (FOUCAULT, 2016 [1969], p.21). Sobre suas descontinuidades discursivas, cabe-lhe novamente expressar: “não sou isto nem aquilo” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.21). Isso tudo pode ser atribuído a “recortes”, segundo Foucault (FOUCAULT, 2016 [1969], p.27), eles

[...] quer se trate dos que admitimos ou dos que são contemporâneos dos discursos estudados – são sempre, eles próprios categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são,

³⁹ Utopia *versus* heterotopia: na primeira, “Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos [...]” (FOUCAULT, 2013 [1966], p.19), ou seja, o espaço neutro e branco não é onde nossos corpos habitam; na segunda, contesta-se onde vivemos (FOUCAULT, 2013 [1966]).

por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles, mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis.

Por isso, para longe de reduções e de enquadramentos, ao olhar do arqueólogo:

Talvez seja tempo de estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo ou pelas suas transformações formais, mas nas modalidades da sua existência: **os modos de circulação, de apropriação dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre as relações sociais decifra-se de forma mais directa**, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam. (FOUCAULT, 1992 [1969], p.68-69, grifos nossos).

Parece perceptível, à vista disso, que seus nomes – de Bakhtin e de Foucault – estão incessantemente atrelados a seus textos, como instrumentos de classificação, capazes de diferenciá-los em relação a outros, o que particulariza a existência de seus discursos sob a forma de um estatuto, especialmente na cultura ocidental. Seus nomes desempenham *suas funções enquanto autores*, interligando-os aos sistemas institucionais, responsáveis pela circunscrição, determinação e articulação dos discursos. Aliás, não somente seus nomes renunciaram suas propriedades de indivíduos concretos, como possibilitaram uma *pluralidade de egos ou de “eu’s” simultâneos* (FOUCAULT, 1992 [1969]), que, em outras palavras, promoveram, para além das produções de suas próprias obras, as regras para serem formados outros textos. Estando ambos sob focos de expressão, Bakhtin e Foucault são vistos sob formas acabadas e circunscritas por valores.

A partir do momento em que ambos assumiram serem produtores de linguagem e de textos, os processos de controle que são internos aos discursos, que classificam, que distribuem e que “normatizam” as dimensões de acontecimento e de acaso do discurso (ORLANDI, 2013, p. 74), fazem parte da função autor (assim como de outras funções discursivas), o que configura seu papel multiplicador, mas, ao mesmo tempo, restritivo e coercitivo (ORLANDI, 2013). Por isso, ao organizarem, em um todo coerente (por meio da linguagem) – “sob formas mais ou menos acabadas” (FOUCAULT, 2016 [1969], p 53), a dispersão discursiva, são, muitas vezes, lidos como “fundadores de discursividades” (FOUCAULT, 2016 [1969], p. 58). Isso significa que não apenas são autores de suas obras e livros, como também são produtores de possibilidade e de formação de mais textos, sejam de discussões congêneres a eles sejam de dissenso. A propósito, são figuras vigentes e que possibilitaram a abertura e a ampliação de campos que, em grande parte, contêm semelhanças

e fazem analogias aos princípios de suas obras – a citar, no campo da linguagem, as áreas mencionadas no início desta seção.

A exemplo disso, cria-se, neste trabalho de pesquisa, a possibilidade de, a partir de suas colocações e das leituras interpretativas constantes que herdamos, começar (uma vez que não seria possível fazer isso por completo, justamente pela ausência de delimitação) a aproximar e a tensionar dois conceitos-chave: discurso e autoria, nessa ordem.

4.1.1 O discurso e suas (des)aproximações em Foucault e em Bakhtin

Como é sabido e até aqui defendemos, tanto Bakhtin quanto Foucault demonstram demasiado interesse sobre a linguagem, sendo esta uma de suas direções de pensamento, articulada a grandes outros conceitos: no caso de Bakhtin, à linguagem, ligam-se, intrinsecamente, as relações dialógicas, as esferas sociodiscursivas e a ideologia, por exemplo; já Foucault estudaria a dimensão “[...] que dá a linguagem, que a faz circular como um bem precioso entre outros bens que os homens produzem e cuja posse almejam” (ARAÚJO, 2008, p.99), articulando-a aos conceitos de descontinuidade, de saber, e de poder, citando-os também como exemplo.

Começamos a aproximação a partir do conceito de enunciado, fundamental para o entendimento do conceito de discurso dos autores, que ambos descrevem como unidade. Foucault (2016 [1969]) adjetiva-a como elementar e fundamental (ao discurso), Bakhtin (2011 [1979]) põe sua existência como concreta e real. Bakhtin (2011 [1979]), interessando-se, primordialmente, pelo estudo do texto enquanto polo de interação e inter-relação, ou seja, sinônimo de enunciado (estudo da Metalinguística) e contrário ao estudo da estrutura abstrata (objeto da Linguística), postula a língua como uma realidade discursiva; Foucault (2016 [1969]), por sua vez, também distingue enunciado de língua, já que esta é um conjunto de estruturas, e o enunciado não necessariamente se subordina à estruturação gramatical. Pode-se, nesse ponto, pensar em uma diferença, a partir da relação com a gramática. Assim, o discurso de Bakhtin materializa-se em enunciados em um somatório entre as unidades gramaticais (oração e palavra) vinculadas à dimensão extraverbal⁴⁰ e às relações dialógicas. De acordo com Castro (2006, p. 116), ao empregar o termo “real”, o russo concebe que os signos verbais “[...] expressam conteúdos e avaliações que têm relação intrínseca com as realidades interacionais”; em Foucault (2016 [1969]), a

⁴⁰ A *dimensão extraverbal* ainda será submetida a outra aproximação com Foucault (2016 [1929]) nesta seção.

frase – também uma unidade gramatical para o francês – aparece como função dos enunciados. No limite, em Foucault (2016 [1969]), o objeto do estudo arqueológico é composto dos enunciados (em sua topologia), que são uma condição de existência para qualquer estrutura gramatical. Ou seja, na *Arqueologia*, o francês (2016 [1969]) aponta para o que não é efetivamente da ordem da estrutura linguística, mas do campo dos saberes. O enunciado não se prende a qualquer agrupamento unitário de signo, mas sim é o que faz com que esses conjuntos de signos existam e se atualizem em relação ao seus formatos e suas regras (FOUCAULT, 2016 [1969], p. 106).

Outra questão-chave na aproximação e no tensionamento entre os autores é o problema do sujeito. Como afirmamos, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]) menciona a inviabilidade de serem separados sujeito e linguagem, pois somente através da materialização da língua que a atividade mental e as motivações subjetivas podem existir. Somando a isso, o enunciado, além de estar assentado em enunciados já-ditos, é, também, produto de uma interação entre dois indivíduos sociais (um locutor e um interlocutor), ou seja, realiza-se em ativa alternância entre os sujeitos do discurso, sendo estes responsáveis por uma corporeidade dada ao enunciado (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1976 [1926]). Por sua vez, o enunciado visto em Foucault (2016 [1969]), conforme explica Deleuze (2013 [1986]), remete a posições de sujeitos. Aqui, nega-se um sujeito reduzido aos elementos gramaticais. Isso revela que, existindo uma mesma frase, o enunciado não vai ser o mesmo, conforme faça referência a um ou outro sujeito; por isso, “[...] um mesmo enunciado pode ter várias posições, pode ter vários lugares de sujeitos: um autor e um narrador, ou até um signatário e um autor” (DELEUZE, 2013 [1986], p.19). Juntando-se a Blanchot, Foucault faz uma denúncia de uma “personologia” linguística e “[...] situa os lugares do sujeito na espessura de um murmúrio anônimo” (DELEUZE, 2013 [1986], p.19). Foucault (2016 [1969], p.241) explica, assim, que não excluiu o sujeito, mas que seu propósito

Tratava-se, pelo contrário, de mostrar em que consistiam as diferenças, como era possível que homens, no interior de uma mesma prática discursiva, falassem de objetos diferentes, tivessem opiniões opostas, fizessem escolhas contraditórias; tratava-se, também, de mostrar em que as diferentes práticas discursivas se distinguem umas das outras; em suma, não quis excluir o problema do sujeito; quis definir as posições e as funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos

Aqui, abrimos um parêntese para apontar uma das ponderações sobre o estruturalismo em Foucault, a partir da suposta ausência do sujeito. Araújo (2008, p.99) explica, primeiramente, que Foucault não faz a descrição linguística, ou seja, “[...] a busca dos invariantes culturais que no estruturalismo serve aos propósitos da formalização das

descrições empíricas”. À medida que Foucault renuncia à transcendência e ao sujeito – o que os estruturalistas também fizeram – ele pretendeu “[...] ficar com a instância da própria prática discursiva, para ir além do significado (conteúdo ou suporte mental/conceitual), mas também além do significante (forma material, sonora)” (ARAÚJO, 2008, p. 99). Nessa mesma esteira, trazemos, como exemplo, a classificação de Pavel (apud GREGOLIN, 2004b), de que o estruturalismo pode ser dividido em três tipos, ou grandes tendências: o moderado, o cientificista e o especulativo. Colocou-se, em um mesmo pacote (no caso, no especulativo), Foucault, Derrida, Althusser e Lacan, alegando que, a partir de suas ideologias e filosofias, ambos reincorporam ao estruturalismo as problemáticas de Freud e de Marx, no que diz respeito ao sujeito e à História (GREGOLIN, 2004b). A partir do momento em que se vê que as abordagens são plurais e que as rotulações as fazem parecer homogêneas, mas suas diferenças são ocultadas (GREGOLIN, 2004b), interessa-nos – fazendo menção à já impossibilidade de se aproximar os discursos althusserianos e foucauldianos (BUTTURI JUNIOR, 2008)⁴¹ – colocar a leitura e a “classificação redutora” (GREGOLIN, 2004b, p.25), assim como já colocado no início da seção acerca da função autor. Em suas palavras, partimos de Foucault: “[...] nunca empreguei, pela minha parte, a palavra estrutura. Então, gostaria que todas as faculdades sobre o estruturalismo não me fossem imputadas ou que as justificassem devidamente” (FOUCAULT, 1992 [1969], p.80).

Ao se apontar Foucault como um “não estruturalista”, pode-se trazer à discussão a já comentada crítica de Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]) ao objetivismo abstrato de Saussure. No limite, podemos pensar em mais uma aproximação, lembrando que as leituras desses autores são em relação a diferentes “Saussures” (GREGOLIN, 2016, p. 38), visto que estão sob óticas de diferentes dimensões históricas.

Fechamos o parêntese. Retomando-se a aproximação, passamos ao problema do discurso e das relações entre poder e ideologia. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, a palavra é descrita enquanto signo social e ideológico por excelência (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1995 [1929]), encarregada de veicular e de comentar os atos ideológicos e utilizada pela classe dominante para reforçar seu poder (YAGUELLO, 1995, p.14), sendo esta uma *superestrutura* e não a língua por si só (YAGUELLO, 1995, p. 17). Em Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]), portanto, a *superestrutura* é situada acima da base econômica.

⁴¹ Butturi Junior (2008, 45, grifos do autor), com um trabalho específico nesse sentido, diz que é preciso colocar que, de um lado, há “[...] o caráter metateórico e modernizante do althusserianismo e seu campo do texto correlato, a AD pechêutiana e sua metafísica inconfessa” e, de outro lado, o discurso arqueológico de Foucault “[...] cuja novidade residiria naquela ‘incredulidade diante das metanarrativas’ e, por conseguinte, numa teoria pós-modernizante” (BUTTURI JUNIOR, 2008, p. 45, grifos do autor).

Conforme discutido anteriormente neste trabalho, ao término do capítulo *A relação sobre a infra-estrutura e as superestruturas*, Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929], p.47) demonstra que o signo ideológico faz ocultamento nas lutas de classes, além de “abafar” as formas invertidas da consciência e da vida material dos homens, o que, como já exposto, converge com a ideologia de Marx e Engels (BUTTURI JUNIOR, 2008).

O signo ideológico, na teoria do discurso de Bakhtin, guarda algumas diferenças em relação a Foucault. Apesar de o poder, conforme afirma Deleuze (2013 [1986], p. 23), já aparecer, como “outra coisa” na *Arqueologia*, Foucault “[...] não trata ainda desse problema”, e, somente na genealogia isso será intimamente focalizado (o que foge, por vezes, do propósito deste TCC), cremos ser de fundamental importância realçar, mesmo que brevemente, essa distinção. Por isso, apoderamo-nos das explicações de Gregolin (2016, p. 43), inicialmente, para colocar que, para Foucault, o poder não é unitário e, muito menos, global, “[...] mas se constitui de formas díspares, heterogêneas, em constante transformação”. Além disso, o poder é uma prática social que se constitui historicamente, mas as análises do francês na genealogia foram responsáveis por fazer um deslocamento no que diz respeito à ideia de ‘aparelhos do Estado’, “[...] pois propõem que não há uma relação direta entre poder e Estado (considerado como um aparelho central e exclusivo de poder), mas que ele se manifesta em uma articulação de poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação (‘instituição’)” (GREGOLIN, 2016, p.43, grifo da autora). Mais uma vez, o que já foi trazido à discussão anteriormente, o poder, em sua combinação com o saber, não circunscreve aos mecanismos negativos de repressão estatal (MACHADO, 2016), uma vez que é procedente de relações capilares que fogem das leis e das instituições (BUTTURI JUNIOR, 2008), mas sim, de maneira positiva e criativa, revela estratégias de micro e microfísicas. A microfísica do poder, segundo Gregolin (2016, p.44, grifos da autora), fez as noções de “aparelhos ideológicos” e de “luta de classes” perdessem seus valores heurísticos, pois, já que os poderes não se situam especificamente em um ponto da estrutura social e já que funcionam como uma rede de dispositivos “sem um exterior possível, limites ou fronteiras, para Foucault não existe, de uma lado, aqueles que têm poder (‘classe dominante’) e, de outro, os que estão dele alijado (‘classe dominada’)”. Além disso, o francês evita utilizar o termo *ideologia*, por suas significações carregadas (GREGOLIN, 2016). Cabe lembrar, ainda, que, apesar desse distanciamento entre os dois autores, o enunciado para eles não é neutro. Porém, tal ausência de neutralidade está inscrita, como tentamos discutir, em outras bases epistemológicas.

No entanto, essa relação entre poder/ideologia e discurso, presente nos dois autores, certifica a colocação introdutória desta pesquisa de que, aqui, ao propormos fazer uma abertura de possibilidade de leitura (com um *corpus* específico, sendo este, em partes, abarcando somente a publicação *Arqueologia do Saber*), é preciso evidenciar o não fechamento das aproximações, sob pena de redutibilidade. Assim, de maneira adjacente a um não fechamento de Foucault (postulado por Gregolin), o pensamento de Bakhtin (assim como de seus colegas de Círculo) não pode ser mais um alvo de limitações, em uma ideia central e única, pela simples possibilidade de verificar, nos escritos de Bakhtin, conforme pontua Severo (2013, p. 154), a *resistência* como constitutiva do poder “[...] com a noção de carnavalização”. Para explicar, a autora (SEVERO, 2013, p. 153) põe em destaque que o poder em Foucault não é apenas jurídico e autoritário, mas produtivo.

Essa problematização das resistências, porém, é mais um lugar importante de convergência possível entre o francês e o russo. O poder relacional e microfísico de Michel Foucault gera resistências, o que “[...] resulta de um jogo de estratégias” (SEVERO, 2013, p. 154). Para Severo (2013), as modalidades da resistência também podem ser verificadas em Bakhtin. Assim, quando este analisa o texto literário de Rabelais e, ao apontar que a criatividade cômica popular – que se constituía de festas públicas e carnavalescas, de palhaços, da literatura paródica –, enxerga a existência de uma resistência ao poder-jurídico “[...] de forma criativa e inventiva” (SEVERO, 2013, p. 154). Para a autora, o carnavalesco agiria, como ratificador das ideologias cotidianas, de modo a desestabilizar e transformar social, cultural e politicamente os ambientes populares.

Uma outra questão a ser pensada é o papel da estabilização e das regularidades nas teorias do russo e do francês. Para tanto, olhemos Bakhtin (2011 [1979], p.282) para quem o sujeito só pode falar através de gêneros discursivos, que se configuram como formas estáveis e típicas de construção do todo do enunciado, sendo cada um deles fruto de uma determinada esfera sociodiscursiva ou campo de atividade humana. Assim, além de os enunciados serem concretos e unidos, eles refletem as condições e as finalidades desses campos por meio de conteúdo, estilo, seleção de recursos lexicais e uma seleção composicional. Essas esferas são o que se entende por campos de legitimação, de regulamentação e de significação das relações sociais (ACOSTA-PEREIRA, 2010), exemplificadas como escola, igreja, arte, ciência. Em suma, as esferas tipificam os gêneros.

Quando trata de regularidades e de seu papel na formação dos discursos, na *Arqueologia*, Foucault (2016 [1969]), como mostramos, apresenta o conceito de formações

discursivas, as quais estão encarregadas de normalizar os enunciados, pois estes obedecem a regras de um regime institucional complexo, garantida por outro traço do enunciado que é sua materialidade. Nesse ponto, no entanto, uma diferença fundamental em relação à regularidade dos gêneros: na *Arqueologia*, não se trabalha com esferas constituídas, pois suas homogeneidades são colocadas em suspenso. Simplificadamente, enquanto que, em Bakhtin e seu Círculo, prima-se pelo exame da língua atrelado à ideologia, o projeto foucauldiano pela dispersão e pelo questionamento contínuo da estruturação institucional e vertical da produção dos discursos.

Em ambos os autores, todavia, a regularidade atrela-se ao problema da materialidade. Em Foucault, tal materialidade possibilita que os enunciados sejam repetíveis – uma repetição limitada e condicionada (FOUCAULT, 2016 [1969]). Na *Arqueologia*, o enunciado não é sinônimo de fragmento de matéria e não pode ser circunscrito à materialidade, pois, mesmo que se repitam os caracteres ou as formas gramaticais, a sua identidade varia pelo simples fato de estar relacionado a objetos, sujeitos, redes conceituais e estratégias específicas. Castro (2006, p. 120) explica que, para se repetir, o enunciado “[...] não tem necessidade de reencontrar suas origens, de buscar o espaço onde foi pronunciado pela primeira vez, de reencontrar seus autores e seus atores primeiros”, ou seja, não interessa a Foucault um “ato inaugural” (CASTRO, 2006, p.120) que deu origem ao enunciado, o que explica a permanentemente capacidade de o enunciado espelhar-se e repetir-se. Assim, na *Arqueologia* não significa que ele (o enunciado) é estranho à história, mas a analisar o discurso é justamente “[...] buscar algo além dos atos particulares, originais e subjetivos” (CASTRO, 2006, p.120).

O problema da regularidade e da repetição, bem como tentamos apontar, também é usado em Bakhtin (2011 [1979]), mas seu emprego se dá ao polo da língua: somente a língua, em sua forma material, pode ser repetida. Ao passo que o enunciado só é gerado no contexto de uma sincronia – o que, aqui, resume-se ao ato ilocucional (CASTRO, 2006) –, o enunciado, em Bakhtin, jamais pode ser repetido, já que o momento em que ele se realiza também não. Mesmo que essa *repetibilidade* não exista em Bakhtin, Castro (2006) transmite sua insatisfação expressando que: “[...] dizer que um enunciado, apesar de parcialmente justificado na bibliografia dos autores, é apenas um acontecimento diluído numa sincronia, que se esgota em si mesmo num ato, e por isso nunca se repete, é uma interpretação por demais reducionista”. Assim, em conformidade com o que diz o pesquisador, se há uma interseção entre o enunciado e a história, se há um terceiro interlocutor em potencial, como explica Bakhtin, que é projetado pela linguagem dialógica, que participa invisivelmente e que

atua ativamente nos atos enunciativos, pode-se acrescentar que: todo enunciado, enquanto acontecimento presente, em que participam interlocutores com posições tanto existenciais, culturais quanto especiais diferentes, contém “[...] excedentes relacionais (interacionais) imanentes ao ato enunciativo” (CASTRO, 2006, p.123). Ou seja, mesmo que seja de difícil percepção ao ler os dizeres do Círculo, pode-se inferir que “[...] no evento enunciativo *repetível* do Círculo há uma dimensão discursiva latente e passível de ser percebida pela alteridade” (CASTRO, 2006, p.123, grifo do autor).

De maneira mais específica, ainda no que se refere à regularidade, se em Bakhtin (2011 [1979]) estipulam-se três particularidades do enunciado (*a alternância dos sujeitos do discurso, conclusibilidade, expressividade*), em Foucault (2016 [1969]) a função enunciativa contém quatro traços gerais (*complexidade, domínio associado, posição do sujeito e existência material* – ou campo de estabilização). A conclusibilidade, por sinal, vista em Bakhtin (2011 [1979]), enquanto uma segunda particularidade do enunciado, é mais um ponto a se pensar na tentativa de aproximação que aqui fazemos. O russo diz ocorrer um acabamento ou uma totalidade do enunciado a partir de um tema, de uma vontade e de formas estruturais do enunciado (no caso, a exauribilidade, a intenção e os gêneros do discurso), para, justamente, suscitar uma resposta do outro falante na interação. No que diz respeito a Foucault (2016 [1969], p.118), ao discutir *domínio associado*, menciona que a primeira de suas constituições é contemplada por formulações – o enunciado se insere enquanto elemento delas –, em que há um “jogo de réplicas formando uma conversação”, e que, nesse jogo, de um lado, há premissas e, de outro lado, há uma *conclusão*. Contudo, em que medida ocorre essa conclusão? Como o enunciado faz parte de uma rede, dentro de uma prática discursiva, em uma formação discursiva, em um arquivo, ou seja, faz parte de uma série múltipla de relações, então não haveria possibilidade de ser totalizado em alguma conclusão, que é sempre problemática e relacional.

Aqui, em outro ponto de constituição do *campo associado* ainda revela mais um ponto que merece reflexão no esforço de inventariar semelhanças. Foucault (2016 [1969]) diz que, não bastando uma frase ser relacionada a objetos ou a relações de sujeitos, para que haja um enunciado, este precisa ser associado a outros enunciados, o que não se equivale a um contexto ou ao caráter psicológico do sujeito. Ou seja, como constituição desse campo, há, também, o conjunto de formulações aos quais o enunciado se refere, como uma memória. O campo das práticas de discurso, portanto, exige a rede de outros discursos, de outros enunciados. Ora, em Bakhtin ([Voloshinov], 1995 [1929]), funda-se no dialogismo e se

realiza a partir do estabelecimento de uma relação com enunciados já-ditos. Para o russo, isso se soma, ainda, à relação com o auditório social. Seguindo-se, ainda, por esse trilho do campo associado, este é composto de um conjunto de formulações que contém um *status* e este é compartilhado pelo enunciado, o que o liga a uma série de enunciados e desempenha uma função nessa sua relação com os outros, integrando-se sempre “[...] em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja” (FOUCAULT, 2016 [1969], p.120), apoiando-se aos outros, mas sempre sendo distinto. Em Bakhtin [Voloshinov] (1995 [1929]), a enunciação (palavra usada na fala real) tem um valor apreciativo que se transmite por uma entonação expressiva (ou seja, a expressividade), e é ele que concretiza a vinculação do enunciado à dimensão social (RODRIGUES, 2001).

Ademais, o campo associado é integrado por formulações ulteriores, ou seja, futuras, as quais são resultantes do enunciado e despontam dele, seja naturalmente ou por réplica (FOUCAULT, 2016 [1969]). Tal característica discursiva pode ser aproximada à responsividade do enunciado, vista em Bakhtin (2011 [1979]), que, aderindo ao dizer do outro, descreve-se como relação de respostas a enunciados que sucedem (que são pré-figurados) e que respondem a enunciados já-ditos (FARACO, 2009).

Por fim, cabe levantar a relação dos discursos com o não-discursivo, com o extraverbal. Mantendo-se em relação com a situação social imediata, o enunciado, por um lado, em Bakhtin, só acontece vinculado à situação extraverbal, ou seja, associado intimamente à vida, realizado no curso da comunicação verbal somente com seus limites em pontos de contato com outras enunciações; na *Arqueologia* (2016 [1969]), Foucault afirma que o problema do limite entre a linguagem e o mundo não faz parte de sua descrição, ainda que observe, de maneira direta, que há um “mais” acerca do qual se deve investigar o dito – este mais, histórico ou político, é justamente o que caracterizaria uma dimensão do discurso.

Depois de décadas ao convívio, no âmbito do estudo da linguagem, da literatura e da cultura de modo geral, com os principais autores do Círculo e com as novas maneiras de pensar que estes propuseram, “[...] hoje cresce também cada vez mais a responsabilidade que temos diante do que disseram” (CASTRO, 2006, p.114) e continua crescendo o impulso investigativo e interpretativo em relação ao que disseram, em nome da descontinuidade. Sob esse mesmo horizonte, não poderia ser diferente que, hoje, Foucault e “[...] a *Arqueologia do saber* tem mais a dizer do que tece na década de 1960. Sua capacidade heurística não se esgotou” (ARAÚJO, 2008, p.57). Aliás, apropriamo-nos dos dizeres de Sargentini (2006, p. 181) para dizer, ainda, que essa aproximação evidencia também que: “[...] se por um lado sustenta reflexões nos estudos do discurso, por outro não se mostra suficiente para

caracterizar uma posição única de trabalho”. Seguindo essa premissa, damos continuidade à parte da análise em que colocamos em relevo a aproximação do conceito de autoria para os dois autores principais discutidos neste trabalho.

4.1.2 Autor em Foucault e em Bakhtin: aproximações e distanciamentos

Desde sua morte, “[...] engendrada pela escritura hexagonal dos anos sessenta e setenta” (BUTTURI JUNIOR, 2016, p. 507) até sua politização na teoria contemporânea, a autoria é vista como um problema, e “[...] é, sem dúvidas, uma temática atravessada por múltiplos olhares” (NASCIMENTO; FRANCELINO, 2016, p.59). Para Bakhtin e Foucault, sobretudo, não foi diferente. Aliás, se Bakhtin (1997 [1979]) desconstruiu a visão tradicional de autoria, estabelecendo uma cisão entre autor-pessoa (o escritor, o artista – aquele indivíduo ético e socialmente marcado) e autor-criador (detentor da função estético-formal que engendra a obra – o produtor de enunciado), para configurar o objeto estético da obra de arte verbal, Foucault (1992 [1969]), com reveladas marcas da teoria moderna e contemporânea, também se desvincula das concepções tradicionais para descrever o autor enquanto apagamento, a partir de uma discussão específica sobre discurso e sujeito (NASCIMENTO; FRANCELINO, 2016).

Contudo, em conformidade com o exposto nos capítulos anteriores, já se vê um distanciamento entre o russo e o francês, à medida que, para Bakhtin (2011 [1979]), toda palavra tem um sujeito autor, pois não existe palavra de ninguém. Para Foucault, o objetivo da discussão sobre a autoria é outro: deve-se desnaturalizar o autor enquanto entidade dada para a produção de discurso (BUTTURI JUNIOR, 2016), pois “[...] apenas alguns discursos possuem a função autor” (NASCIMENTO; FRANCELINO, 2016, p. 73). Em Foucault (2016 [1969]), diante de uma suspensão das unidades obra e livro, pois essas são resultantes de uma “função expressão”, a aproximação da escrita com a morte dá o caráter de ausência àquela. Por isso, propõe-se a função autor, analisando o jogo de forças dessa função no nível do discurso, ou, em outras palavras, “[...] um jogo de diferenças prescritas por um indivíduo, ou seja, o que ele escreve e o que não escreve, o que ele elabora, esboça e o que deixa de fora” (NASCIMENTO; FRANCELINO, 2016, p. 74). Como o discurso reserva uma posição de sujeito, que é variável e que este precisa se qualificar para ocupá-la, o autor seria mais uma dessas especificações do sujeito. Assim, Foucault (1992 [1969]) rompe com a subjetividade cartesiana ou transcendental e aponta que o nome do autor não se localiza civilmente entre os

homens de uma sociedade ou no âmbito da ficção da obra, mas se encontra “[...] na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser” (FOUCAULT, 1992 [1969], p.46), atribuindo-lhe uma função classificativa. É nesse sentido que alguns discursos são providos da função autor e outros não (FOUCAULT, 1992 [1969]) – como exemplifica ao diferenciar a autoria científica e a autoria literária.

Ainda a respeito da função autor, uma das quatro características diferenciais que Foucault (1992 [1969], p.50-51, grifos nossos) atribui a ela descreve-se assim:

É antes o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos o autor. Provavelmente, tenta-se dar a este ser racional um estatuto realista: seria no indivíduo uma instância ‘profunda’, um poder ‘criador’, um ‘projecto’, o lugar originário da escrita. Mas, de facto, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz um indivíduo autor) é apenas **a projecção**, em termos mais ou menos psicologizantes, do **tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos.**

Com essa citação e recordando que, conforme já aludido anteriormente, a função autor está dentro de um sistema tanto jurídico quanto institucional que se encarrega de delimitar, encerrar e articular o universo dos discursos (FOUCAULT, 1992 [1969]), percebe-se que essa função, assim como o discurso, não é definida “[...] pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através *de uma série de operações específicas e complexas* (FOUCAULT, 1992 [1969], p.56, grifos nossos). Por isso, de certa maneira, há uma aproximação com o autor-criador de Bakhtin (1997 [1979]), que, dá acabamento ao herói na obra literária (TEZZA, 2007), ou seja, o objeto estético. Na obra, o autor-criador, ocupando uma posição axiológica – que é proveniente da realidade em que vive e em que valora –, com seu ato de criação artística faz o fechamento do herói, ou seja, dá acabamento estético à inconclusividade que o herói se constitui (ARÁ, 2014). “O acabamento da personagem vem de fora, é o outro que a completa” (CAVALHEIRO, 2008, p.73). Além disso, seu ato criativo, conforme retomam Nascimento e Francelino (2016), somado a sua escolha dos recursos linguísticos e ao seu posicionamento valorativo, sofre influência do outro interlocutor participante da relação dialógica. “Nesse caso, o texto nasce a partir do diálogo do sujeito autor com o outro sempre presente no momento da escrita” (NASCIMENTO; FRANCELINO, 2016, p. 72). A atitude responsiva, então, que toma o discurso do outro, é de crucial importância para a enunciação. “Assim, toda estrutura linguístico-enunciativo-discursiva de um enunciado é construída a partir da imagem que o sujeito autor tem desse outro” (NASCIMENTO; FRANCELINO, 2016, p. 72). Resumidamente, ao que Cavalheiro (2008, p.74, grifos da autora) afirma,

Na visão bakhtiniana, o acabamento do fenômeno estético nunca se concretizará por um único e mesmo participante, a exotopia requer no mínimo duas consciências que não coincidam, precisa da consciência de uma outra consciência que lhe dê acabamento. Já para Foucault, a função autor é compreendida como uma posição enunciativa, isto é, o autor é sinalizado e definido pelos próprios textos que, por sua vez, podem remeter não a um indivíduo singular, mas a uma pluralidade de ‘eus’.

No texto *O discurso no romance* (1934-1935), Bakhtin conduz a distinção de autor-criador e autor-pessoa para a filosofia da linguagem, o que Faraco (2012) diz ser somente um deslocamento no plano da linguagem para continuar evidenciando a mesma proposta do autor-criador na obra estético-formal. É nessa obra que Bakhtin atribui ao autor-criador como o detentor da voz social que dá unidade ao todo da obra (FARACO, 2012), no caso, que reflete e refrata a heteroglossia. Há aqui, para Cavalheiro (2008), algo que se assemelha à função autor de Foucault, pois esta não se constrói somente sob à atribuição de um texto a um indivíduo que teve um poder criador, mas sim que é constituída por uma “[...] característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 1992 [1969], p.46). Cavalheiro (2008, p. 78) diz que isso mostra que um “[...] determinado discurso deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um determinado estatuto”. Ao qualificar-se a uma posição de autoria, sua função autor é “[...] delimitar, recortar e caracterizar os textos que lhes são atribuídos” (CAVALHEIRO, 2008, p. 78). O sujeito precisa assumir sua função, ao inserir-se em uma cultura, de organizar as multiplicidades da dispersão num todo coerente (ORLANDI, 2013).

Pode-se acrescentar, ainda, que, se Bakhtin (1997 [1979]) usa o exemplo da autobiografia para explicar no que consiste o princípio de exterioridade de um ato criador, alegando que é preciso que o autor, para escrever sobre si, situe-se fora de si mesmo e veja-se pelos olhos de um outro que não ele, Miranda e Cascais (1992, p. 08, grifo dos autores) lembram-nos de que “[...] Foucault sempre atacou o espaço normalizado da biografia, a que é sempre uma forma de negação do *bios*, da vida, que está em excesso relativamente a toda a escrita”, o que não poderia ser diferente, já que o francês compactua com a descontinuidade entre o estado civil e a função. Por isso, Miranda e Cascais (1992, p. 09) acrescentam, ademais, que, isso é uma das estratégias do francês “[...] de memorização dos grandes princípios modernos, e tanto a publicação das autobiografias [...], como todo o gesto biográfico são o efeito de tais estratégias”.

Não pretendemos ser exaustivos, justamente pelos limites do presente texto. No entanto, cabe apontar que se o leitor tem sua função de leitura e se “[...] a relação com a

interpretação é diferente nas diferentes épocas, assim como também é diferente o modo de constituição do sujeito nos modos como ele se individualiza (se identifica) na relação com as diferentes instituições, em diferentes formações sociais, tomadas na história” (ORLANDI, 2013, p. 77), nós, enquanto leitores e pesquisadores, neste TCC, também estamos inseridos em um modo de leitura especificado, afetado pela inserção em uma dimensão social. Por isso, longe de ser um esgotamento, este TCC é uma possibilidade de leitura aberta para muitas outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o findar desta pesquisa teórica, reitera-se o objetivo, estipulado na introdução: abrir uma possibilidade de leitura, tanto de aproximação quanto de distanciamento, dos conceitos de discurso e de autoria em Bakhtin (e seu Círculo) e em Foucault.

Para isso, seguimos a premissa de iniciar por uma rápida revisão bibliográfica, e, assim, no Capítulo 2, *Concepção dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin*, refizemos, sucintamente, o percurso de Bakhtin, não deixando de mencionar o Círculo. Com isso, pôde-se focalizar a concepção de linguagem dialógica (sócio-histórica ou sócio-ideológica) preconizada por eles, encaminhando-se para a descrição dos conceitos de texto, de enunciado e de discurso (vinculados, ainda, à gêneros do discurso, à interação verbal, às relações dialógicas, às esferas sociodiscursivas, à signo e à ideologia). Somente com essas retomadas teóricas é que se pode enfocar os problemas do discurso e da autoria. Por sua vez, ao Capítulo 3, ficou comissionada a missão de descrever a trajetória de Foucault, de maneira panorâmica (aliando seus estudos e seus pensamentos), para, nas subseções, serem expostos os conceitos de discurso (intrínseco ao enunciado, à função enunciativa, às formações discursivas e às práticas discursivas) e de autoria (enquanto função, procedimento e categoria antropológica), alicerçando-se, principalmente, à arqueologia foucauldiana. Nesse balanço, ao Capítulo 4, intentou fazer uma aproximação dos conceitos desses dois autores, principalmente de discurso e de autoria, sugerindo, de início, como ambos estão submetidos à função de autoria e, depois, como a literatura tem aventado a possibilidade de relacionar a posição dos dois pensadores diante dos conceitos de discurso e de autoria.

Por fim, como uma forma de diagnóstico do arquivo, entendemos que não foi possível estabelecer uma verdade, uma posição de maior ou menor razão entre eles, ou uma autenticação de nossa identidade por meio de um jogo de distinções, mas sim para notar que “[...] somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos” (FOUCAULT, 2016 [1969], p. 160). É essa diferença e o acontecimento dos discursos que se atravessam nos nomes de autor de Bakhtin e de Foucault que, ainda, merecem nossa atenção e exigem pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ACOSTA-PEREIRA, R. **O gênero carta de conselhos em revistas online**: na fronteira entre o entretenimento e a autoajuda. 2012. 261f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. Cronotopos, esfera e autoria no gênero notícia impressa. **Letra Magna**, UNISC, v. 12, p. 01-25, 2010. Disponível em: <http://www.letramagna.com/artigo15_XII.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

ACOSTA-PEREIRA, R.; RODRIGUES, R. H. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 14, n. 1, p. 177-194, 2014.

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2.ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

ARÁ, P. O. The question of the author in Bakhtin. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 9, n. SPE, p. 4-25, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732014000300002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 02 set. 2017.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979].

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira e revisão da tradução de Marina Appenzellerl. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].

_____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: UNESP; Hucitec, 1988 [1975].

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2015 [1929].

_____. Diálogo I – A questão do discurso dialógico [1997]. In: BEZERRA, P (Org.). **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas a edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 113-124.

BAKHTIN, M. M. [VOLOSHINOV]. **Discurso na Vida e Discurso na Arte (sobre a poética sociológica)**. Trad. De Carlos Alberto Faraco & Cristóvão Tezza [para fins didáticos]. Versão da língua inglesa de I. R. Titunik a partir do original russo, 1976 [1926]. Disponível em: <<http://www.uesb.br/ppgcel/Discurso-Na-Vida-Discurso-Na-Arte.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995 [1929].

BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 21-38.

BEZERRA, P. Prefácio - uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2015 [1929], p. V-XXII.

_____. (Org.). **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas a edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 113-124.

BRAIT, B. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (Orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-29.

_____. Análise e Teoria do Discurso. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 160-193.

BRAIT, B; MELO, R. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 61-78.

BUTTURI JUNIOR, A. **Metafísica e discurso: Pêcheux, Foucault e a pós-modernidade**. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____. A dialogicidade e os letramentos acadêmicos. **Revista Intertexto**, v. 6, n. 1, 2014.

_____. A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 60, n. 3, p. 507-530, 2016.

CASTRO, G. Enunciado e discurso: um diálogo entre o Círculo de Bakhtin e Michel Foucault. In: FARACO, A.; TEZZA, C. CASTRO, G. (Org.) **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. p. 114-124.

CAVALHEIRO, J. S. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Signum: estudos da linguagem**, v. 11, n. 2, 2008.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant' Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013 [1986].

FARACO, C. A. O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 97-108.

_____. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba: Hatier, 1988. 105p.

_____. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168p.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.37-60.

FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (Org.). Apresentação. In: _____. **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 09-20.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 160-193.

_____. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (Orgs.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012, p. 145-165.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe B. Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1969].

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. Tradução de Salma Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013 [1966].

_____. **O que é um autor?**. Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. 2. ed. [S.l.]: Vega, 1992 [1969]. 160p.

GALLO, S. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In: VEIGA-NETO, A.; BRANCO, G. C (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011. p.371-391.

GREGOLIN, M. R. V. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 23-44.

_____. A imersão na história. In: _____. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004b. p.19-34.

_____. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 33-52.

MACHADO, I. A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia. **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável**, v. 1, p. 203-234, 2010.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Introdução - Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016 [1977]. p. 07-34.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.167-176.

MIRANDA, J. A. B.; CASCAIS, A. F. A lição de Foucault. In. FOUCAULT, M. **O que é um autor?**. Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. 2. ed. [S.l.]: Vega, 1992. p. 05-28.

MOTTA, M. B. Apresentação. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução de Eliza Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

NASCIMENTO, I. A. A.; FRANCELINO, P. F. Barthes, Foucault e Bakhtin: sobre a noção de autor (ia). **Revista Língua&Literatura**, v. 17, n. 29, p. 58-77, 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2013.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2008. 334p.

RODRIGUES, R. H. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. 356 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Análise de gêneros de discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 2, p.415-440, 2004.

_____. Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Dialógica da Linguagem: A Abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L; BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: Teorias, Métodos e Debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

_____. Os gêneros do discurso nas aulas de Língua Portuguesa: (Re)discutindo o tema. In: NASCIMENTO, E. L; ROJO R. (Org.). **Gêneros de texto/discurso e os desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Pontes Editores, 2014, p. 35-54.

SARGENTINI, V. M. O. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Estudos Lingüísticos, XXXV**, v. 2006, p. 181-190, 2006.

SEVERO, C. G. **Por uma perspectiva social dialógica da linguagem: repensando a noção de indivíduo**. 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Bakhtin e Foucault: apostando em um diálogo. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Org.). **Círculo de Bakhtin: pensamento interacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 143-166. (Série Bakhtin - Inclassicável, v.3).

_____; PAULA A. C. **No mundo da linguagem: ensaios sobre identidade, alteridade, ética, política e interdisciplinaridade**. São Carlos: Pedro & João Ed., 2010. 222p

SILVA, N. R. **O gênero entrevista pingue-pongue: reenunciação, enquadramento e valorização do discurso do outro**. 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TEZZA, C. Sobre O autor e o herói – um roteiro de leitura. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 231-256.

TODOROV, T. Prefácio. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira e revisão da tradução de Marina Appenzellerl. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979]. p. 01-21.

VEYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

YAGUELLO, M. Introdução. In: BAKHTIN, M. [Voloshinov]. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995 [1929]. p. 11-19.